

CAPÍTULO – 4

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NA REGIÃO AMAZÔNICA

A Universidade Federal do Pará é uma instituição pública federal de ensino e pesquisa, vinculada ao MEC, localizada numa região depositária de recursos naturais e culturais extremamente estratégicos para o desenvolvimento da economia e da sociedade mundial, neste novo século.

Neste capítulo, inicialmente, apresentaremos o contexto econômico e espacial da Amazônia Legal – em particular do estado do Pará – objetivando compreender o papel dessa instituição para o desenvolvimento da Região Amazônica e sua relação com a educação superior brasileira e amazônica, com base nos dados oficiais produzidos pelo INEP/MEC. A contextualização econômica e espacial da Região Amazônica será feita de forma sintética, apenas para identificar as principais demandas que impactam na dinâmica da Universidade Federal do Pará, bem como as possibilidades de atuação dessa instituição, na região em que está inserida.

Em seguida, reconstituiremos um pouco da história da criação e organização inicial da UFPA para, posteriormente, analisarmos a situação acadêmica vivenciada por essa instituição, no período de 1995 a 2002, em seus aspectos de ensino, pesquisa e extensão. Trabalhamos com os dados fornecidos por diversos setores da Universidade, pois são eles que melhor retratam o processo e os efeitos da reforma da Educação Superior na produção do trabalho acadêmico. Para tanto, é necessário desvelar os mecanismos que vêm sendo adotados, internamente, pela comunidade acadêmica para confrontar e/ou submeter-se à nova forma de gestão exigida pelo governo federal.

4.1 - A situação econômica e espacial da Região Amazônica e a UFPA

A Universidade Federal do Pará está situada na Amazônia Legal, região com ecossistemas diversificados: floresta tropical, mangue e área oceânica. A Amazônia Legal possui uma área de abrangência de, aproximadamente, 5.217.423 km², correspondendo a cerca de 61% do território brasileiro, dos quais 98,17% são constituídos de terra e 1,83%, de água.⁵⁶ Nove estados brasileiros estão localizados na Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Região Norte), Mato Grosso (Região Centro-Oeste) e parte do Maranhão (Região Nordeste).

O estado do Pará possui uma extensão territorial de 1.253.165 km², correspondendo a 24,52% da Amazônia Legal e 14,66% do Brasil. De acordo com o censo do IBGE, de 2000, a população da região é de 21.056.532, correspondendo a 12,40% da população brasileira, que era, à época daquele censo, de 169.799.170. O estado do Pará possui 6.192.307 habitantes, com densidade demográfica de 4,94 habitantes por km² e uma taxa de crescimento de 2,94% ao ano.

Em relação aos recursos florestais, a Região Amazônica possui uma área de 284.917.524 hectares de cobertura florestal nativa, com madeiras nobres de alto valor comercial, como açarú, andiroba, angelim da mata, cedro, cumarú, jacarandá, jatobá, louro, macacaúba, maçaranduba, mogno, muiracatiara, pau amarelo, pau d'arco, quaruba, sucupira, dentre outras. Quanto à fertilidade natural, predominam os solos com baixas reservas de elementos nutritivos às plantas, com relevo favorável às práticas agrícolas extensivas⁵⁷.

⁵⁶ Disponível em: www.sudam.gov.br/amazonia_legal. Acesso em 15 de março de 2002.

⁵⁷ IBGE/SUDAM. Projeto zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Legal. Disponível em www.sudam.gov.br/amazonia_legal. Acesso em 17 de março de 2002.

A Região Amazônica possui ainda grandes reservas minerais metálicas, com destaque para a bauxita (2.173.699.944 ton.), cobre (1.348.303.941 ton.), ferro (16.414.199.382 ton.), ouro (1.490.935.511 ton.), cassiterita (367.230.064 ton.) e prata (48.092.349 ton.).

A existência de grandes reservas minerais atraiu para essa região grupos empresariais – nacionais e estrangeiros – que implantaram, na década de 1980, grandes projetos econômicos industriais de mineração, com destaque para o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, próximo às cidades de Parauapebas e Marabá, no Pará; o projeto da Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná, no Pará, voltado para a exploração do minério bauxita, no Vale do rio Trombetas; o projeto Albrás-Alunorte, no município de Barcarena, a 50 km da cidade de Belém, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (ex-estatal privatizada) e de grupos empresariais japoneses, voltado para a produção de alumina e alumínio; o projeto Alumar, localizado em São Luis do Maranhão, de propriedade da Alcan/Alcoa, voltado para a produção de lingotes de alumínio.

Além das grandes reservas minerais, a Amazônia possui três bacias hidrográficas: Amazônica, Tocantins e Atlântico Norte, com uma descarga média de 148.840 m³/seg, sendo o estado do Pará o detentor das maiores reservas de água doce do mundo, com um potencial estimado de geração hídrica de 60 mil MW, equivalente a toda a energia hoje consumida no país e mais da metade do potencial da região, que é de 112 mil MW. O estado do Pará se destaca, ainda, como o quinto maior produtor e o terceiro maior exportador de energia do Brasil, possuindo a maior usina de geração hídrica – Tucuruí – que responde por 90% da energia consumida pelo estado e 99%, pelo Maranhão, e está em fase final de duplicação de sua capacidade de geração. A hidroelétrica de Tucuruí e a ferrovia de Carajás foram construídas pelo governo federal, com a finalidade de dinamizar a cadeia de industrialização e oferecer apoio infra-estrutural aos grandes projetos minerais da região. Está em fase de

planejamento a construção de novas hidrelétricas, com destaque para a do complexo de Belo Monte, no rio Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do planeta. A seguir, a Figura 1 mostra o mapa energético do Norte e Nordeste:

FIGURA 1 – MAPA ENERGÉTICO DO NORTE E NORDESTE



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Desde o início da década de 1980, a Amazônia Legal teve o crescimento econômico intensificado. Esse crescimento é fruto do processo de industrialização devido aos projetos econômicos implantados na região. Os índices de crescimento da região foram superiores aos verificados no restante do país. No período de 1980 a 1990, a taxa de crescimento do PIB⁵⁸, na Amazônia Legal, foi de 5,6%, enquanto o Brasil cresceu na ordem de 1,6%. O fenômeno se repetiu, no período de 1990 a 1996, cuja taxa de crescimento do PIB *per capita* da região foi de 0,6%, enquanto o país apresentou um índice negativo de -0,2, como pode ser observado na Tabela 3, a seguir.

⁵⁸ PIB – Produto Interno Bruto é o valor de toda a produção de bens e serviços ocorrida dentro das fronteiras do país ou de um estado.

TABELA 3

Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto e *per capita*

Período	Brasil		Amazônia Legal	
	Total	Per Capita	Total	Per Capita
1980/1990	1,6	0,7	5,6	1,8
1990/1996	3,0	-0,2	2,3	0,6

Fonte: IBGE e IPEA, 2000.

Dentre os estados da Região Amazônica, o Pará possui a maior economia, apresentando 31,4% do PIB total da Amazônia Legal, seguido do estado do Amazonas, com 18,86%. Embora a cidade de Belém, capital do estado do Pará, seja o maior centro urbano da Amazônia Legal (com cerca de 1,5 milhão de habitantes), pelo fato de as atividades produtivas estarem dispersas por todo o Estado⁵⁹, apresenta-se ela em 3º lugar, entre os municípios com maiores participações no PIB *per capita*, com US\$ 6.782, estando Manaus em 2º lugar, com US\$ 7.101, e Cuiabá em 1º lugar, com US\$ 8.056⁶⁰.

O crescimento econômico da região, no entanto, foi direcionado, essencialmente, para o mercado externo, gerando reduzidos efeitos de multiplicação de renda e emprego, no contexto regional. Apesar da implantação dos grandes projetos econômicos voltados para a industrialização de minérios, a maior parte das atividades econômicas desenvolvidas, na região, é constituída de pequenos negócios, desde a pequena produção agrícola até a transformação de bens primários em pequenas unidades produtivas (setor alimentar, de fármacos, de cosméticos, de metais, de madeira etc.) ou de comércio, representando um montante considerável de geração de renda e emprego, com grande potencial de expansão.

⁵⁹ As atividades produtivas do estado do Pará são desenvolvidas nas cidades de Tucuruí, Marabá, Barcarena, Oriximiná, Almerim e outras cidades onde estão localizados os grandes projetos econômicos implantados na região desde o início da década de 1980.

⁶⁰ IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Como resultado, constata-se que o processo de industrialização da região e os índices de crescimento econômico verificados não beneficiaram a sociedade regional, mantendo sua base produtiva num modelo econômico primário-exportador. Um dos exemplos dessa situação pode ser observado pelo fornecimento da energia elétrica à população paraense: somente após 15 anos da inauguração da Hidroelétrica de Tucuruí, a energia elétrica chegou a extensas áreas paraenses, incluindo os municípios situados no vale do Tocantins, quando Tucuruí já abastecia 99% do Maranhão, o norte do estado do Tocantins e algumas áreas da região Nordeste⁶¹.

Além disso, o estudo “Subsídios para eletrificação das escolas de educação básica da Amazônia Legal”, realizado pelo INEP/MEC (2002), detectou que, na Amazônia Legal, 819 mil alunos da educação básica, da rede pública, estudam em escolas sem energia elétrica. Esses estabelecimentos de ensino correspondem à metade dos existentes na região, atendem 11% das matrículas e quase todos (99,6%) estão na zona rural. A maior quantidade de matrículas em escolas sem energia elétrica está no Pará e no Maranhão: 322,5 mil alunos e 268,4 mil, respectivamente. Juntos, totalizam 72% dos estudantes da Amazônia Legal em estabelecimentos sem luz (Tabela 4). Os dois Estados concentram 58% dos alunos matriculados na educação básica da região, que é de 7,7 milhões⁶².

⁶¹ . Sobre esse assunto ver: ROCHA,1999.

⁶² . Para solucionar esse problema o governo federal criou o programa “Luz Para Todos”, orçado em R\$ 7 bilhões, cuja meta é levar, até 2008, energia elétrica a 12 milhões de brasileiros. Estatísticas oficiais revelam que a exclusão da energia elétrica é maior nas áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: www.mme.gov.br/luzparatodos. Acesso em 28 de maio de 2004.

TABELA 4

Matrícula em Escolas Públicas de Educação Básica, segundo o Tipo de Abastecimento de Energia Elétrica Disponível – Amazônia Legal – 2002.

Unidade Geográfica	Abastecimento de Energia Elétrica							
	Inexistente	%	Rede Pública	%	Gerador Próprio	%	Energia Solar	%
Rondônia	40.006	8,3	388.002	80,4	52.804	10,9	1.614	0,3
Acre	39.867	16,5	188.738	78,3	7.709	3,2	4.860	2,0
Amazonas	81.588	8,2	857.420	85,8	51.803	5,2	8.812	0,9
Roraima	7.885	6,0	118.126	90,5	3.420	2,6	1.097	0,8
Pará	322.497	13,8	1.875.043	80,3	121.322	5,2	16.588	0,7
Amapá	5.571	2,8	188.789	95,1	3.558	1,8	503	0,3
Tocantins	29.473	6,7	404.011	91,7	6.442	1,5	845	0,2
Maranhão	268.419	12,6	1.822.879	85,4	34.461	1,6	7.688	0,4
Mato Grosso	23.565	3,0	751.570	94,2	20.816	2,6	2.003	0,3
Amazônia Legal	818.871	10,6	6.594.578	85,0	302.335	3,9	44.010	0,6

Fonte: INEP/MEC, 2002.

De acordo com o INEP, 43% das escolas da Amazônia Legal recebem energia elétrica da rede pública, 6% têm gerador próprio e 1% conta com equipamento de captação de energia solar (Tabela 5). Nelas, estudam 6,9 milhões de alunos, que representam 89% do total da região.

TABELA 5

Escolas Públicas de Educação Básica, segundo o Tipo de Abastecimento de Energia Elétrica Disponível – Amazônia Legal – 2002.

Unidade Geográfica	Abastecimento de Energia Elétrica							
	Inexistente	%	Rede Pública	%	Gerador Próprio	%	Energia Solar	%
Rondônia	1.453	57,1	899	35,4	158	6,2	33	1,3
Acre	1.024	62,3	431	26,2	110	6,7	79	4,8
Amazonas	2.341	49,8	1.771	37,6	548	11,6	44	0,9
Roraima	335	48,2	303	43,6	45	6,5	12	1,7
Pará	7.442	57,1	4.425	33,9	1.063	8,1	113	0,9
Amapá	178	25,8	460	66,8	40	5,8	11	1,6
Tocantins	1.116	48,2	1.142	49,4	50	2,2	5	0,2
Maranhão	6.432	47,6	6.750	49,9	280	2,1	57	0,4
Mato Grosso	700	26,2	1.792	67,2	160	6,0	16	0,6
Amazônia Legal	21.021	50,3	17.973	43,0	2.454	5,9	370	0,9

Fonte: INEP/MEC, 2002.

Esses dados demonstram que, apesar do crescimento econômico, na Amazônia Legal, especialmente após a implantação dos grandes projetos na região, as condições de vida da população continuam deficientes, ou seja, esse crescimento não foi suficiente para elevar o

padrão geral a níveis aceitáveis. A maioria dos municípios encontra-se abaixo do padrão brasileiro médio de desenvolvimento humano, tal como é mensurado no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M.⁶³ Os indicadores sociais na Região Norte e no estado do Pará estão abaixo da média nacional, como se pode observar na Tabela 6, a seguir:

TABELA 6
Indicadores de Desenvolvimento Humano – 2000

Regiões	IDH Municipal	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
Brasil	0,766	0,849	0,727	0,723
Região Norte	0,640	0,679	0,654	0,559
Pará	0,723	0,815	0,725	0,629

Fonte: Fundação João Pinheiro / PNUD / IPEA (2000). Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em www.fjp.mg.gov.br/produto/cees/idh/Atlas_idh.php. Acesso em 05.12.2004.

Considerando que o limite máximo do Indicador de Desenvolvimento Humano – IDH é 1 (um), observa-se que a Região Norte apresentou uma posição muito abaixo da média nacional do país, que, no ano de 2000, foi de 0,766. O estado do Pará, mesmo apresentando um índice acima da média da Região Norte, ainda está abaixo da média do país. Segundo a classificação do PNUD, o estado está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). No que diz respeito à longevidade e renda, mesmo estando abaixo da média do país, em todos os itens, os indicadores de renda apresentaram a pior situação da Região Norte, com 0,559, enquanto, no Brasil, a renda média foi de 0,723.

Essas distorções têm provocado freqüentes conflitos entre diferentes segmentos sociais (garimpeiros, agricultores familiares nativos e imigrantes, agricultores sem terra, indígenas,

⁶³ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – expressa o acesso da sociedade a recursos básicos (poder de compra da coletividade, que se refere ao valor do PIB *per capita* corrigido pelo custo de vida); o acesso a vida longa e saudável para todas as pessoas (expectativa de vida) e acesso à educação (medida pela taxa de alfabetização de adultos). Sobre esse assunto ver: SUDAM (2000). Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: Condições Sócio-econômicas dos Municípios da Amazônia Legal.

pescadores, favelados, representantes do setor empresarial etc.), que lutam pelo acesso aos recursos naturais disponíveis e pelo apoio técnico-financeiro orçados nos órgãos públicos, federais, estaduais e municipais.

Na área educacional, a Amazônia Legal possui 9.676.074 (18,0%) dos estudantes do país, cujo total é de 53.729.718 (Tabela 7). O analfabetismo ainda é grande, considerando que no Brasil, em 2000, aproximadamente 16% da população com 5 anos ou mais de idade eram analfabetos, o que equivale a aproximadamente 24 milhões de brasileiros; na Região Norte a taxa de analfabetos era de 20,9% da população residente ⁶⁴.

No ano de 2002, o Brasil possuía 14,6 milhões de analfabetos absolutos (11,8% da população de 15 anos ou mais de idade), 32,1 milhões de analfabetos funcionais e 65,7% dos estudantes com 14 anos de idade estavam defasados. Os números mostram que ainda é preciso um grande esforço para acabar com o analfabetismo. Um dos problemas reside na constatação de que o sistema educacional não conseguiu estancar a formação de novos analfabetos. Prova cabal é o fato de que 4,2% das crianças entre 10 a 14 anos e 3,2% dos jovens de 15 a 19 anos não sabem ler e escrever⁶⁵. Da creche ao ensino médio, o Brasil tem 50.249.805 milhões de alunos matriculados. O contingente de estudantes na educação básica corresponde a quase um terço da população brasileira. É o que mostram os dados do Censo Escolar 2003, realizado pelo INEP em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

⁶⁴ IBGE. Censo Demográfico, 2000 – Educação.

⁶⁵ Estes dados constam do estudo “Mapa do Analfabetismo”, do INEP, que reúne uma série de dados sobre a situação educacional de todos os municípios brasileiros. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 20 de março de 2004.

TABELA 7
Matrículas por Nível de Ensino – 2003

Níveis de ensino	BRASIL		Amazônia Legal			Pará		
	Matrículas	% Níveis ensino	Matrículas	% Matrículas Brasil	%Níveis Ensino Região	Matrículas	% Matrículas Brasil	% Níveis Ensino Estado
Pré-Escolar	6.397.601	11,9	2.731.297	5,1	42,7	246.210	0,5	3,8
Fundamental	34.719.506	64,6	5.552.987	10,4	16,0	1.629.034	3,0	4,7
Médio	9.132.698	17,0	1.104.161	2,1	31,7	333.246	0,6	9,6
Superior	3.479.913	6,5	287.629	0,5	8,3	61.175	0,1	1,8
TOTAL	53.729.718	100,00	9.676.074	18,0	-	2.269.665	4,2	-

Fonte: MEC/INEP/SEEC, 2003.

De acordo com o Censo de 2003, o ensino fundamental registrou 34,7 milhões de matrículas, das quais 5,5 milhões (16%) estão na Amazônia Legal. O ensino médio possuía 9,1 milhões de estudantes, sendo 1,1 milhão (31,7%) na Amazônia Legal. O número de alunos na educação infantil, que reúne creche e pré-escola, chegou a 6,4 milhões, dos quais 2,7 milhões (42,7%) estão na Amazônia Legal.

A oferta da educação na Região Amazônica – particularmente, no estado do Pará – apresenta um déficit crônico de falta de vagas, nos diferentes níveis de ensino. A situação se agrava, no entanto, na oferta do ensino superior, pois está longe de atender o contingente de estudantes que, a cada ano, conclui o nível médio. De acordo com o Censo de 2003, estavam matriculados 3,4 milhões de alunos, no país. Desses, 287.629 (8,3%), na Amazônia Legal. No estado do Pará, a situação é ainda mais grave, pois apenas 61.175 matrículas (1,8%), no ensino superior, foram registradas. O total de alunos matriculados no estado do Pará, em todos os níveis de ensino, era de 2,2 milhões de alunos, correspondendo a apenas 4,2% das matrículas do país.

Em síntese, podemos afirmar que a população amazônica vive uma situação de grande precariedade, no atendimento dos serviços sociais básicos como saúde, habitação, transporte, energia elétrica e educação, mesmo sendo depositária de recursos naturais e culturais, extremamente estratégicos para o desenvolvimento da economia do país e do mundo, neste

novo século. Ressalta-se, ainda, que o estado do Pará desponta como um dos mais dinâmicos pólos produtivos do país, com possibilidade de atrair investimentos estrangeiros direcionados ao Brasil, pois:

- nele está situada uma das mais importantes províncias minerais do planeta, com perspectivas, em curto prazo, de diversificação da industrialização do setor;
- está localizado numa região que possui a maior reserva mundial de biodiversidade, o que o torna celeiro privilegiado para novos experimentos químicos e aqueles propiciados pela revolução genética;
- possui a mais importante bacia hidrográfica da Terra, e o grande potencial energético daí decorrente, num contexto em que vem sendo denunciado internacionalmente o grave problema da disponibilidade de água doce do novo século;
- possui um fabuloso acervo para a indústria farmacológica, decorrente da riquíssima vegetação da floresta amazônica;
- possui um grande potencial para o desenvolvimento de projetos agrícolas e pecuários, com a extensa área de terra roxa disponível no Estado (superior à do estado de São Paulo), a grande produção de soja, 40% maior que a produção do estado do Paraná, e a exportação da produção de cerrado.

Essa realidade coloca a Universidade Federal do Pará diante de inúmeros desafios, porque cumpre um papel estratégico e decisivo para o desenvolvimento da Região Amazônica e do estado do Pará, numa conjuntura em que a política governamental tem subtraído, cada vez mais, os instrumentos financeiros necessários para que a instituição seja capaz de desenvolver, por meio das suas funções de ensino, pesquisa e extensão, um projeto acadêmico

à altura dos desafios postos pela sociedade amazônica e paraense, com competência científica e técnica. Ressalte-se que é a única universidade federal da Região Amazônica que se estrutura em dez (10) *campi*, espalhados em todas as micro-regiões do estado do Pará, o que favorece o desenvolvimento de ações educativas e científicas, em todos os níveis, como poderá ser constatado nas próximas seções.

4.2 - A Universidade Federal do Pará no contexto da educação superior amazônica – uma breve história.

O ensino superior no estado do Pará teve seu início, em 1931, com a criação da Faculdade de Direito, sendo, em seguida, criadas mais cinco escolas superiores isoladas – Faculdades de Medicina; Farmácia; Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras; Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, e a Escola de Engenharia.

Em 1952, um projeto de lei visando a criação de uma universidade no estado do Pará foi apresentado à Câmara Federal, pelo deputado Epílogo de Campos. A justificativa era a necessidade de “despertar e dotar o homem amazônida de capacidade científica, tecnológica e artística”.

Durante cinco anos, o projeto arrastou-se, nas diferentes comissões daquela casa. Nessa trajetória, o deputado João Lameira Bittencourt elaborou um projeto substitutivo que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1957.

Em 2 de julho de 1957, o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou a Lei nº 3.191 que criou a Universidade do Pará, a partir da reunião da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Faculdade de Direito do Pará, Faculdade de

Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Odontologia do Pará, Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará e Escola de Engenharia do Pará.

Essa instituição foi a primeira universidade da Amazônia e, tal como as demais universidades brasileiras, a UFPA originou-se da congregação de seis escolas superiores isoladas. Com sede na cidade de Belém, surgiu com o compromisso de desenvolver educação, ciência e tecnologia apropriadas ao contexto amazônico e com o objetivo de atender às expectativas de desenvolvimento regional.

A região Amazônica vivia a decadência do ciclo da borracha. A criação de uma universidade nessa região, no entanto, viria atender às necessidades do desenvolvimento da indústria automobilística que demandava a formação de outras especialidades para além de profissionais liberais (Seiffert, 1993).

Para o trabalho inicial de implantação da Universidade, foi nomeado o seu primeiro Reitor, Prof. Dr. Mário Braga Henriques. Após dezoito meses de sua posse, num ato simbólico, foi instalada, em janeiro de 1959, a Universidade do Pará, em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek.

A estrutura física da Universidade era composta por vários prédios dispersos. Com o passar dos anos, foram criados novos cursos e, na tentativa de estabelecer bases mais sólidas para a sustentação de suas atividades, em 1967, foi iniciada a construção do *Campus*, então chamado de Núcleo Pioneiro, hoje Campus Universitário do Guamá. Essa fase se caracterizou por uma ênfase na organização e na racionalização do espaço físico, da estrutura administrativa e dos serviços.

Sintonizada com a história das demais universidades brasileiras, a UFPA, "visando ao aproveitamento das possibilidades econômicas da Amazônia e ao equacionamento de seus

problemas sociais” (Seiffert, *op cit*, p.76), realizou a primeira reformulação estatutária, com base nas diretrizes da Lei 4.283/1963 – que concedia autonomia para as universidades criarem centros de estudos e pesquisas, para a formação de técnicos. Foram, então, integradas mais duas unidades acadêmicas, a Escola de Química Industrial e a Escola de Serviço Social, e criados o Instituto de Higiene e Medicina Preventiva e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Além disso, definiu em 100% a representação dos docentes livres no Conselho Universitário, a extensão para cinco anos no mandato de Reitor⁶⁶ e a criação dos Conselhos Departamentais. Nesse período, foram implantados novos cursos e novas atividades básicas, visando promover o desenvolvimento regional, bem como o aperfeiçoamento das atividades-fim da Instituição.

A partir das Leis nº 5.539, de 27 de novembro, e nº 5.540, de 28 de novembro, ambas de 1968, a UFPA passou a organizar-se em Centros e Departamentos, e foram criados órgãos deliberativos para coordenar e supervisionar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse plano foi aprovado pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969. Em 02 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, por meio da Portaria nº 1307/70, sintonizado à reforma universitária que passara a vigor, em 1969.

De meados de 1976 a 1977, procedeu-se a uma revisão normativa, criando-se um novo Regimento, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer nº 1854/77. O referido documento procurou adequar sua estrutura administrativa às reais necessidades operacionais, tais como a criação do Conselho Superior de Administração, da Pró-Reitoria de Administração Geral e da Coordenação dos Órgãos Suplementares. Novas revisão e atualização foram realizadas e um novo estatuto para a Universidade Federal do Pará foi

⁶⁶ O mandato do reitor foi reduzido para quatro anos com a Lei 9.192/95 do Ministério de Educação, que define as regras para a escolha dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da Portaria nº 452, de 30 de maio de 1978, sendo aprovada pelo Conselho Universitário a nova versão do Regimento Geral, no dia 11 de dezembro de 1978. Ambos os documentos normativos se encontram em vigor até os dias atuais, apesar de terem sido empreendidas inúmeras tentativas, pela comunidade universitária, para a elaboração de um novo Estatuto, como o Congresso Estatuinte, realizado em 1998⁶⁷.

Seguindo as orientações do governo federal, que estimulava a implementação de Fundações, nas instituições federais de ensino superior, com vistas a “libertar as universidades das amarras da burocracia estatal” foi criada, em 1976, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Apesar de ter suas instalações físicas no *campus* universitário do Guamá, essa Fundação de direito privado não pertence à universidade, tendo como finalidade intermediar a captação de recursos públicos e privados para a instituição.

Em setembro de 1984, o Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas foi transformado em Centro de Geociências. A portaria de nº 870, de 31 de outubro de 1985, do Conselho Federal de Educação, incluiu, no Estatuto da UFPA, o Centro de Ciências Jurídicas. Desde 1986, a UFPA expandiu sua área de atuação para o interior do estado do Pará, com a criação de oito *campi* universitários, localizados em cidades estratégicas das micro-regiões paraenses.⁶⁸

4.3 - A situação acadêmica da UFPA

A análise da situação acadêmica e do perfil institucional e organizacional da UFPA ajudará a compreender o papel dessa instituição, no contexto da Região Amazônica. Nesse

⁶⁷ A comunidade acadêmica conseguiu elaborar uma nova proposta de Estatuto para a Universidade Federal do Pará, por meio de um processo democrático, com a participação de representantes dos três segmentos, que realizaram, no final do ano de 1998 e início de 1999, um Congresso Estatuinte. O novo Estatuto, no entanto, não obteve a aprovação do MEC e retornou ao Conselho Universitário, sendo retirado de pauta pelo então reitor, prof. Dr. Cristóvão Diniz.

⁶⁸ Sobre o assunto, ver Camargo (1997).

sentido, uma descrição analítica da universidade, a partir dos indicadores básicos da estrutura e da administração superior, da comunidade universitária e da qualificação docente, da graduação, da pesquisa e da pós-graduação e das medidas mais importantes no âmbito da administração da instituição podem evidenciar a dinâmica da constituição do perfil e da identidade institucional.

A Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao MEC. Sua estrutura organizacional é de uma autarquia pertencente à administração indireta daquele ministério, estando sob sua supervisão. Mais duas instituições federais de ensino superior, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), também da esfera do MEC, completam o quadro do ensino superior público federal, no estado do Pará.

Atualmente, a sede da UFPA fica situada na rua Augusto Corrêa, nº 1, bairro do Guamá, cidade de Belém, capital do estado, em área construída de 215.984,83 m², dividida entre seu principal *campus*, o do Guamá, em Belém, e mais 9 (nove) *campi*, distribuídos nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, como pode ser observado na Tabela 8, a seguir.

TABELA 8
Área Física construída e não construída da UFPA, em 2003.

LOCAL	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	ÁREA URBANIZADA (M²)	ÁREA NÃO URBANIZADA (M²)	ÁREA TOTAL (M²)
Belém (Campus)	147.215,29	792.153,89	1.301.250,00	2.240.619,18
Belém (Área Urbana)	44.674,46	75.351,85	23.81 1,97	143.838,28
Interior (Campus Avançado)	24.093,08	202.604,44	733.897,43	960.594,95
TOTAL	215.984,83	1.070.112,18	2.058.961,4	3.345.054,41

Fonte: DEMEF / Prefeitura do Campus, 2003.

A estrutura organizacional da UFPA está assim distribuída:

A estrutura didático-científica é composta por **11** (onze) Centros de formação acadêmica e de produção de conhecimento, que compreendem 69 departamentos acadêmicos, distribuídos em Belém (sede central); **6** (seis) Núcleos de Integração de produção e integração de conhecimento, que respondem também pela formação de recursos humanos tanto na educação básica, nos níveis fundamental e médio, quanto na educação superior, abrangendo, além da graduação, os níveis de especialização, mestrado e doutorado; **2** (dois) Hospitais Universitários, situados na cidade de Belém. O Hospital João de Barros Barreto, com **294** leitos operacionais, é referência regional em pneumologia, especializado em doenças tropicais e parasitárias e do controle da tuberculose, além de grande referência nacional em DST-AIDS. O Hospital Betina Ferro e Souza proporciona importante suporte para as atividades ambulatoriais de serviços de diagnóstico e terapêutico. Possui ainda 1 (um) sistema de bibliotecas formado por **32** Bibliotecas Universitárias, sendo **01** Biblioteca Central, **22** setoriais localizadas na capital e **09** nos *campi* do interior; **01** Sistema de Incubadoras de Empresas, em parceria com a FADESP, destinado à implantação de parques tecnológicos, na Amazônia, e que atua nas áreas de química de alimentos, cosméticos, perfumes, óleos naturais, essências, fármacos, informática e biotecnologia; **01** Centro de Capacitação, com capacidade para atender **200** pessoas simultaneamente; **05** empresas residentes na Incubadora de Empresas e **4** associadas (APÊNDICE B).

A administração superior da UFPA é formada pelos seguintes órgãos: Conselho Universitário (CONSUN); Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP); Conselho Superior de Administração (CONSAD); Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias.

A Reitoria, órgão executivo da administração superior, compreende: Procuradoria Geral; Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); Comissão Permanente de Pessoal

Técnico-administrativo (CPPTA); Secretaria dos Órgãos Deliberativos; Secretaria Geral; Assessorias. As Pró-Reitorias, são as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica (PROEG); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP); Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade (PROPLAN); Pró-Reitoria de Administração Geral e Coordenação de Órgãos Suplementares (PROAD); Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão e de Natureza Estudantil (PROEX).

As unidades acadêmicas são constituídas por Centros e Núcleos de Integração. Cada unidade é formada por: Conselho Diretor; Direção; Coordenadoria dos Cursos de Graduação; Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e departamentos.

O *Campus* Universitário do Guamá dispõe dos seguintes serviços: agências bancárias, agência dos Correios e Telégrafos, restaurante universitário e farmácia-escola.

Buscando contribuir para o desenvolvimento regional e ter maior inserção na sociedade paraense a UFPA ofertou, no ano de 2003, duzentos e quarenta e um (241) cursos de graduação, cinquenta e cinco (55) de especialização, vinte e sete (27) de mestrado e dez (10) de doutorado.

É importante ressaltar que no ano de 2000, a UFPA estava presente em 30 municípios. Em 2004, esse número já atinge 115, um aumento de 383,3%, o que representa uma cobertura de 80% dos municípios do estado.

4.3.1 - A comunidade universitária

A instituição abrigava, em 2003, uma população de aproximadamente **47.000** pessoas, distribuídas da seguinte forma: **2.232 professores**, incluindo efetivos da educação superior, efetivos da educação básica, substitutos e visitantes; **2.170 servidores técnico-**

administrativos (sendo **633** lotados nos Hospitais Universitários); **3.064 estudantes** de cursos **de pós-graduação**, sendo **1.344** estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (desses, **88** alunos em cursos interinstitucionais); **34.563 estudantes** matriculados nos cursos **de graduação** (**20.988** na capital e **13.575** no interior do estado); **2.245 estudantes** da educação básica (da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio), desenvolvendo seus estudos na Escola de Aplicação; **227** estudantes matriculados na Escola de Dança; **819** estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, da Escola de Música; **1.588** alunos dos Cursos Livres, oferecidos pelo CLA e Casa de Estudos Germânicos.

O corpo docente da UFPA, em 2003, era composto por 2.227 (dois mil, duzentos e vinte e sete) docentes. Desses, 1.949 (hum mil, novecentos e quarenta) eram da educação superior, sendo 392 (trezentos e noventa e dois) temporários (substitutos e visitantes), e 278 (duzentos e setenta e oito) docentes da educação básica, sendo 17 (dezessete) temporários, conforme pode ser observado nas Tabelas 9 e 10, a seguir.

TABELA 9

Docentes do magistério superior da UFPA, efetivos e temporários, de 1997 a 2003*.

ANO	EFETIVOS	TEMPORÁRIOS (substitutos/visitantes)	TOTAL GERAL
1997	1.642	258	1.900
1998	1.629	258	1.887
1999	1.582	264	1.846
2000	1.564	275	1.839
2001	1.548	301	1.849
2002	1.561	365	1.926
2003	1.557	392	1.949

Fonte: SIAPE

* Referente a Fita Espelho de julho de 2003

TABELA 10

Docentes do 1º e 2º graus da UFPA, efetivos e temporários, de 1998 a 2003*.

ANO	EFETIVOS	TEMPORÁRIOS	TOTAL GERAL
1998	300	29	329
1999	296	14	310
2000	293	14	307
2001	278	9	287
2002	270	17	287
2003	261	17	278

Fonte: SIAPE

* Referente a Fita Espelho de Julho de 2003

No ano de 2003, a situação dos docentes efetivos do magistério superior era a seguinte: 96 (6,8%) professores graduados, 301 (19,3%) especialistas, 676 (43,4%) mestres e 484 (31,1%) doutores, perfazendo um total de 1.575 docentes efetivos. Dos 392 professores temporários (substitutos e visitantes), 215 (54,8%) eram graduados. É importante observar o crescente aumento da qualificação do corpo docente da UFPA. Em 1998, contava com 586 mestres e 248 doutores. Em 2003, esse número alcançava 676 mestres e 484 doutores, havendo um incremento de 15,3%, em relação ao número de mestres, e 95,2%, em relação ao de doutores. (Tabela 11). Ressalte-se, ainda, que existiam 465 professores cursando pós-graduação, sendo 208 para mestrado e 245 para doutorado, além de 12 em atividades de pós-doutorado. Desse conjunto, 259 encontravam-se afastados de suas atividades acadêmicas.

TABELA 11
Docentes do Ensino Superior da UFPA por titulação, de 1998 a 2003.

ANO	EFETIVOS					TEMPORÁRIOS								TOTAL TEMP	TOTAL GERAL
						SUBSTITUTOS				VISITANTES					
	GRAD	ESP. / APERF	MEST	DOUT	TOTAL	GRAD	ESP. / APERF	MEST	DOUT	GRAD	ESPEC	MEST	DOUT		
1998	235	560	586	248	1.629	101	103	11	1	4	1	14	23	258	1.887
1999	200	507	594	281	1.582	138	67	28	5	2	1	6	17	264	1.846
2000	181	466	602	315	1.564	123	83	52	3	1	0	3	10	275	1.839
2001	158	442	617	331	1.548	161	86	45	4	0	0	1	4	301	1.849
2002	112	367	667	415	1.561	244	61	44	1	10	0	1	4	365	1.926
2003	96	301	676	484	1.557	215	84	74	2	0	1	4	12	392	1.949

Fonte: SIAPE – dezembro/2003.

A UFPA utilizou como estratégia para alcançar este objetivo a contratação de professores temporários, em substituição aos professores afastados para qualificação. Em 1998, os professores temporários eram 258; em 2003, esse número saltou para 392, o que representa um aumento da ordem de 51,9%. Essa mesma estratégia foi utilizada para implementar o Programa de Interiorização da UFPA, no qual se verifica que, dos 299 docentes lotados nos nove *campi* do interior, 105 são temporários, representando 35,1% do

total de docentes. Cabe salientar alguns aspectos negativos em relação a essa situação, visto que: a) a maioria dos docentes temporários, que constituíam 17,6% dos docentes da UFPA, possuem apenas o curso de graduação; b) são contratados de forma precária, com salários inferiores aos dos docentes efetivos (não recebem a gratificação de produtividade – GED, 13º salário e férias). Além disso, não pode ser incluída, no Plano Individual de Trabalho desses docentes, a participação em projetos de pesquisa e extensão.

O exame das Tabelas 9 e 10 demonstra, ainda, a redução crescente do número de docentes efetivos dessa instituição, no período de 1997 a 2003. A exemplo do corpo docente, o corpo técnico-administrativo vem apresentando um decréscimo ainda mais expressivo, ao longo desses seis anos, com uma redução de 207 servidores, o que significa 13,5% do seu quadro efetivo.

No ano de 2003, o quadro técnico-administrativo era composto por 1.545 (hum mil, quinhentos e quarenta e cinco) funcionários efetivos (APÊNDICE C), sendo, 420 (27,2%) de nível superior; 1.089 (70,5%) de nível intermediário e 36 (2,3%) de nível de apoio. Nos Hospitais Universitários, 656 técnico-administrativos, contratados pela FADESP, desenvolvem suas atividades. (APÊNDICE D).

Esse quadro retrata a implementação da política do governo federal para as IFES que, em busca de redução dos custos, tem impedido que essas instituições realizem concursos públicos para a contratação de docentes e técnico-administrativos, em razão, sobretudo, das aposentadorias e óbitos.

Como resultado dessa política, verifica-se um aumento significativo da relação aluno/docente e aluno/técnico-administrativo, na UFPA. A relação aluno/professor passou de 14,11, em 1995, para de 17,43, em 2002. E, em que pese estar dentro dos parâmetros

estabelecidos pelo MEC, a relação aqui explicitada refere-se à média institucional, uma vez que, em alguns *campi* do interior, essa relação atinge 76 alunos por professor. A relação aluno/técnico-administrativo é de 18,7 e, apesar de ser considerada satisfatória, ainda apresenta desequilíbrio entre as unidades, com destaque para os *campi* do interior, que dispõem de um número inexpressivo desses trabalhadores para atender a necessidade existente. Para resolver, em parte, essa situação caótica, os *campi* passaram a contar com o trabalho de servidores públicos municipais, cedidos pelas prefeituras do interior.

Diante desse quadro, constata-se que a UFPA está no limite de sua capacidade operacional, principalmente em seus *campi* localizados no interior, para a absorção da demanda crescente de alunos que buscam o ingresso no ensino superior, em todo o Estado.

4.3.2 - A Graduação

No *campus* de Belém, em 2003, foram oferecidos 50 cursos: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia da Computação, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária, Estatística, Ciências da Computação, Física (bacharelado), Física (licenciatura – diurno), Física (licenciatura – noturno) Geologia, Matemática, Meteorologia, Química (bacharelado), Química (licenciatura), Química Industrial, Biologia (licenciatura), Ciências (Mod. Biologia), Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Oceanografia, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Turismo, Ciências Sociais, Turismo, Letras, Comunicação Social, Comunicação Social (Jornalismo Comunicação Social – Publicidade), Educação Artística (Artes Plásticas), Educação Artística (habilitação em Música), Sistemas de Informação (Bacharelado), Geofísica.

Estavam matriculados, nesses cursos, um total de trinta e três mil, cento e sessenta e quatro (33.164) alunos, sendo dezoito mil, oitocentos e setenta e um (18.871), em Belém, e quatorze mil, duzentos e noventa e três (14.293), no interior, como se registra na Tabela 12, a seguir.

TABELA 12
Número Total de Discentes da UFPA de 1997 a junho de 2003

NÍVEL	LOCAL	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Educação Infantil	Capital	219	193	174	190	179	171	145
Fundamental	Capital	2.129	1.976	1.838	1.737	1.656	1.450	1.359
Médio	Capital	1.307	1.362	1.106	962	786	738	741
Graduação	Capital	14.514	14.727	17.531	17.516	17.571	18.958	18.871
	Interior	6.274	7.138	7.876	8.905	11.350	14.240	14.293
Lato Sensu	Capital	941	727	846	726	767	1.394	1.583
	Interior	209	19	162	167	164	326	444
Stricto Sensu	Capital	683	685	769	956	1.120	1.082	1.263
	Interior					22	19	23
Residência Médica	Capital	62	60	57	53	62	70	70
TOTAL	Capital	19.855	19.670	22.264	22.087	22.079	23.774	23.962
	Interior	6.483	7.157	8.038	9.072	11.536	14.585	14.760
TOTAL GERAL		26.338	26.827	30.302	31.159	33.615	38.359	38.722

Fonte: NPI/DERCA/PROPEP, 2003.

O exame da Tabela 12 mostra, também, que, na *pós-graduação*, estavam regularmente matriculados dois mil e vinte e sete (2.027) alunos, em cursos *lato sensu*; hum mil, duzentos e oitenta e seis (1.286), em cursos *stricto sensu*; e oitenta e um (81) alunos em residência médica, evidenciando um crescimento acentuado de 53,11% nos cursos de *pós-graduação stricto sensu*, no período de 1997 a 2003, resultado de uma política de investimento no capital intelectual da região.

Na *educação básica* (educação infantil, ensino fundamental e médio), estavam matriculados, em 2003, dois mil, duzentos e quarenta e cinco (2.245) alunos, representando uma redução de 38,6% das matrículas registradas, em 1997. O exame dos dados, ao longo do período, indica uma redução crescente do número de alunos em todos os níveis da educação básica, a cada ano, havendo, no ensino médio, uma redução ainda maior: 43,8%. Dois fatores podem ter contribuído para essa redução: a) a política implementada pelo governo federal de corte de verbas e de não abertura de concursos para preenchimento das vagas de docentes; b) a política interna da UFPA, que consiste em reduzir, gradativamente, a oferta da educação básica, até sua extinção completa, à semelhança do que já ocorreu, em outras IFES.

Em relação à matrícula nos cursos de *graduação*, observa-se um crescimento acentuado, no período de 1997 a 2003 (47,0%), nos seus 241 cursos de graduação. No entanto, o crescimento da matrícula, nos *campi* do interior, em 127,7%, contribuiu decisivamente para essa ampliação. Vale ressaltar que, em 1997, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação, ofertados no interior do Estado, representava 30,2% do total de alunos matriculados na UFPA e, em 2003, esse número já representava 43,1%. Um aumento de 13,1 pontos percentuais, em sete anos.

Esse fenômeno é o resultado do estabelecimento de uma série de contratos, financiados pelo FUNDEF, firmados entre a UFPA, Prefeituras e Secretaria de Estado de Educação, para a formação de professores da educação básica, das redes públicas estadual e municipais de ensino, que somam 4.492 alunos matriculados.

O crescimento no número de alunos associa-se, também, ao aumento de vagas ofertadas/contratadas para o processo seletivo (vestibular), no qual se registra, a cada ano, uma expansão de vagas (Tabela 13). Em 1998, eram 4.463; nos anos de 2001 e 2002, houve um aumento da ordem de 63%, voltando a cair, em 2003, em função da diminuição no

ingresso de alunos por meio de convênios/contratos com as Prefeituras Municipais. Essa redução tende a continuar, na medida em que os recursos do FUNDEF serão encerrados, em 2006.

TABELA 13

Número de Vagas Ofertadas/Contratadas nos cursos de graduação da UFPA, 1998-2003.

VAGAS OFERTADAS/CONTRATADAS	LOCAL	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Vestibular – Cursos Regulares	Capital	2.660	2.760	2.990	3.035	3.020	3.060
	Interior	650	920	1.280	1.320	1.490	1.155
Vestibular – Cursos Intervalares	Interior	1.020	1.110	303	130	(*)	310
Processo Seletivo Especial (Vestibulinho)	Capital	457	286	700	735	632	531
	Interior	153	121	312	181	218	54
Contrato	Capital	—	—	—	50	331	299
	Interior	—	—	628	1.678	1.588	200
Total	Capital	3.117	3.046	3.690	3.820	3.983	3.890
	Interior	1.823	2.151	2.523	3.309	3.296	1.719
Total Geral		4.940	5.197	6.213	7.129	7.279	5.609

Fonte: Guia do Processo Seletivo/DAVES, 2004.

(*) No ano de 2002 não houve oferta de vagas para os cursos intervalares nos *campi* do interior.

O exame da Tabela 13 indica, ainda, que a UFPA ampliou, gradativamente, a oferta de vagas nos cursos de graduação regulares, na capital e no interior, até 2002, apresentando uma redução na oferta desses cursos, no interior, no ano de 2003, em 22,5%. Já os cursos intervalares, ofertados apenas nos *campi* do interior (que funcionam nos períodos de recesso dos cursos de graduação, de janeiro à primeira quinzena de março e de julho à primeira quinzena de agosto), foram reduzidos, a partir de 2000, quando a UFPA iniciou os contratos com as prefeituras do interior, para a oferta de cursos de licenciatura aos professores das redes municipais. Observa-se, ainda, que, em 2002, nenhuma vaga foi ofertada para os cursos de graduação intervalares. No entanto, como os contratos firmados com as prefeituras foram extremamente reduzidos, em 2003, a UFPA voltou a oferecer tais vagas. Em relação à oferta

de vagas de cursos contratados com as Prefeituras e a Secretaria de Educação do Estado, observa-se que os anos de 2001 e 2002 foram os que registraram o maior número de vagas, sendo estas extremamente reduzidas, em 2003, quando foram oferecidas apenas 200 vagas. Esses dados evidenciam que, caso a UFPA não retome a ampliação de vagas nos seus cursos intervalares, terá, em curto espaço de tempo, uma diminuição significativa no número de matrículas na graduação, o que poderá representar uma redução, ainda maior, das verbas provenientes da União.

Vale salientar que a ampliação das vagas, no caso da UFPA, ocorreu num cenário de redução do número de professores do quadro efetivo, uma vez que as vagas para a realização de concursos para contratação de docentes não foram liberadas pelo MEC, nos últimos anos. Dessa maneira, pode-se afirmar que os gestores da UFPA vêm atendendo à política do MEC, aumentando a produtividade do trabalho da universidade em detrimento da qualidade do ensino.

É importante ressaltar que os cursos de graduação contratados com recursos do FUNDEF são realizados em regime integral, no período intervalar dos cursos regulares. A maioria das disciplinas é desenvolvida em oito dias ininterruptos e em dois turnos corridos, o que afeta profundamente a qualidade do ensino ofertado.

O resultado Exame Nacional de Cursos (ENC), ou “Provão”, que o MEC considerava um dos elementos da prática avaliativa e que visava construir um indicador de qualidade do ensino nos cursos de graduação, até 2003, confirma a grave situação da UFPA, em relação a esse nível do ensino superior. No ano de 2000, dos 29 cursos que participaram do “Provão” nenhum obteve o conceito máximo (A) e quase metade, 14 (48,2%), apresentou os piores resultados (conceitos D e E). Dos setenta e um (71) cursos avaliados pelo “Provão”, em 2003, em diferentes municípios, apenas, quatro (4) cursos obtiveram conceito máximo A (Tabela 14).

TABELA 14

Evolução do Número de Cursos Avaliados pelo Exame Nacional de Cursos (PROVÃO), 2000-2003.

CONCEITO	A N O / N ° D E C U R S O S			
	2000	2001	2002	2003
A		3	6	4
B	10	6	10	9
C	5	21	24	33
D	7	8	9	15
E	7	1	8	10
Total	29	39	57	71

Fonte: INEP/MEC

Para efeito de cálculo, foram atribuídos os seguintes valores aos conceitos: A = 5, B = 4, C = 3, D = 2 e, E = 1. No ano de 2003, o conceito A foi obtido pelos cursos de Pedagogia (Castanhal, Abaeteuba e Santarém) e Geografia (Castanhal). O conceito E foi o resultado apresentado por 10 cursos: Geografia (Abaeteuba, Belém e Tucuruí), Engenharia Civil (Belém), Engenharia Mecânica (Belém), Física (Belém), Jornalismo (Belém), Administração (Castanhal), Matemática (Tailândia), Pedagogia (Tucuruí). Os cursos de Matemática (Altamira e Itaituba) e História (Breves) ficaram *sem conceito*. O resultado dos demais cursos foi: nove (9) cursos obtiveram o conceito B; trinta e três (33), o conceito C; e quinze (15), o conceito D (APÊNDICE E). A média ponderada dos conceitos obtidos pelos cursos da UFPA, avaliados em 2003, foi de 2,75.

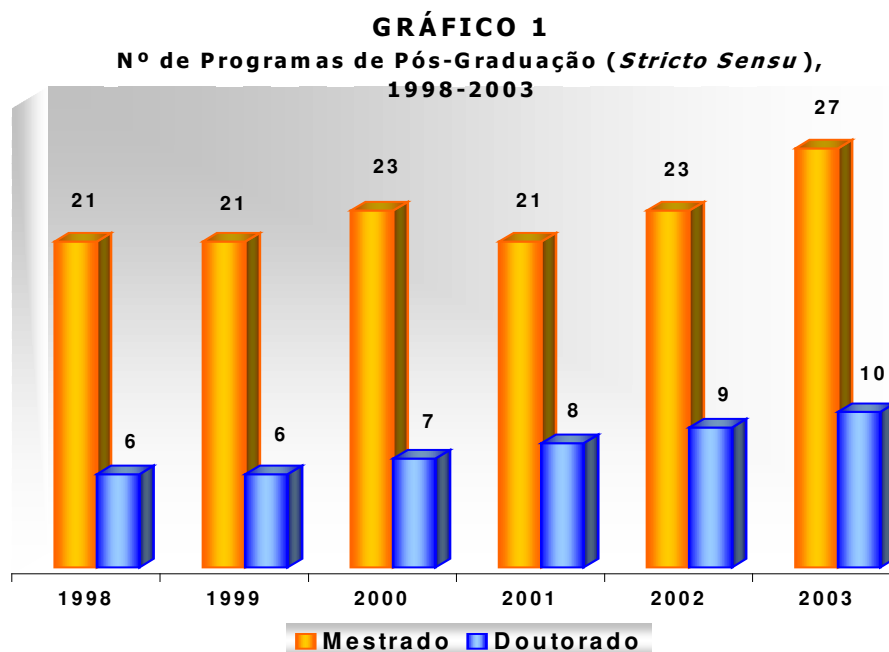
4.3.3 - A pesquisa e a Pós-graduação

O número de *programas de pesquisa* desenvolvidos pela UFPA é inexpressivo, considerando que, dos 729 projetos cadastrados, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), 139 foram cancelados e 335 concluídos; e que apenas 255 se encontram em andamento. Considerando, ainda, que a instituição possui, em seu quadro docente efetivo, 676 mestres e 484 doutores, dos quais somente 430 estão envolvidos em projetos de pesquisa, os resultados tornam-se ainda mais críticos. A relação entre o número de projetos de pesquisa em

andamento e o número de professores pesquisadores é de 0,59. Os projetos de pesquisa contavam, em 2003, com a participação de 28 técnicos e 831 discentes.

Os indicadores acadêmicos da UFPA revelam que a pós-graduação *stricto sensu* adquiriu maior importância, nos últimos anos, quando se pode observar um crescimento considerável, com destaque para os cursos de doutorado, que tiveram um aumento de 66% (APÊNDICE F).

Em 1998, foram oferecidos 27 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 21 de mestrado e 06 de doutorado, enquanto, em 2003, foram ofertados 37 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 27 de mestrado e 10 de doutorado. Nesse mesmo ano, foram criados 08 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 06 de mestrado e 02 de doutorado. (Gráfico 1)



Fonte: PROPLAN, 2003.

Houve também um aumento significativo em relação ao número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo em vista que, em 1998, havia 685 alunos matriculados (572 nos cursos de mestrado e 113 nos cursos de doutorado), ao

passo que, em 2003, esse número subiu para 1.286 (1.031 nos cursos de mestrado e 255 nos cursos de doutorado), verificando-se um aumento de 87,74% (APÊNDICE G). Cabe ressaltar que, em 2003, dos 484 docentes doutores, da UFPA, apenas 247 estavam atuando no ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Esse dado demonstra que a UFPA terá condições de aumentar ainda mais o número de matrículas nesses cursos.

A melhoria da oferta e da qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPA não foi acompanhada pela ampliação do número de bolsas para os discentes, que tem se mantido quase inalterada, no período analisado, como se pode observar na Tabela 15, a seguir:

TABELA 15
Número de Bolsas da Pós-Graduação por Tipo/Ano, 1998-2003.

TIPOS DE BOLSAS	LOCAL	1998	1999	2000	2001	2002	2003*
PICDT ⁶⁹	Capital	161	164	146	144	122	78
PRODOC ⁷⁰	—	—	—	—	—	—	3
PROF ⁷¹	Capital	183	185	192	244	243	254
RESIDÊNCIA MÉDICA	Capital	60	57	53	62	70	67
TOTAL		404	406	391	450	435	402

Fonte: Anuários Estatísticos/DEPES/PROPESP

(*) Dados parciais

Em 2003, a média dos conceitos atribuídos pela CAPES foi de 3,85. Dos 27 cursos de mestrado, ofertados pela UFPA, 12 (doze) obtiveram conceito três, 08 (oito) conceito quatro e 04 (quatro) conceito cinco. Os demais, que iniciaram a partir de 2003, ainda não foram avaliados (APÊNDICE H). Com relação aos cursos de doutorado, 01 obteve conceito três, 05 (cinco) obtiveram conceito quatro e 04 (quatro) conceito cinco.

⁶⁹ Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica

⁷⁰ Programa de Absorção Temporária de Doutores

⁷¹ Programa de Fomento a Pós-Graduação

Os resultados dos programas de pós-graduação, particularmente dos cursos *stricto sensu*, mostraram números satisfatórios, tendo em vista que, em 2003, o número de teses e dissertações, em relação a 1998, aumentou 371,42% e 555% respectivamente, acumulando, nesses seis anos, 1.167 dissertações e 131 teses.

Apesar do bom resultado da UFPA, nos cursos *stricto sensu*, os indicadores acadêmicos da pós-graduação revelam a necessidade de continuar ampliando a produção e a difusão acadêmicas e de enfrentar o problema da crescente limitação de bolsas discentes, bem como dos poucos recursos existentes para manutenção e, principalmente, expansão dos programas.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* registrou um aumento de 134,5%, no período de 1998 a 2004, tendo sido oferecidos 29 cursos, em 1998, ao passo que, em 2004, foram ofertados 68 cursos de especialização, como se pode conferir na Tabela 16, a seguir.

TABELA 16
Cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*) — Especialização, 1998-2004

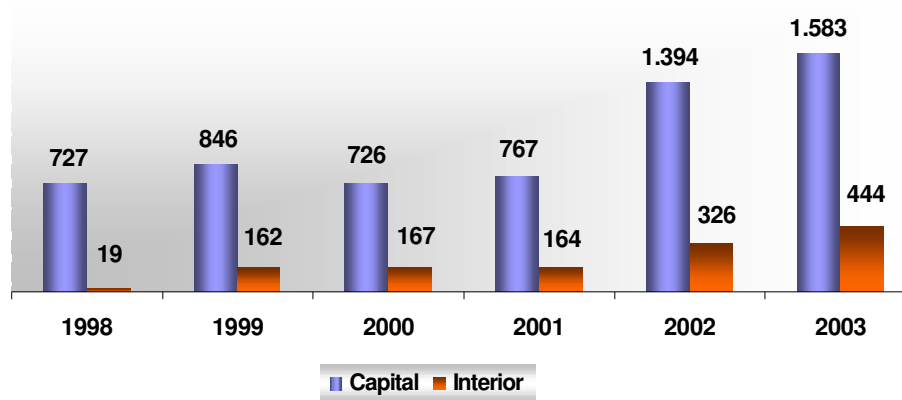
GRANDES ÁREAS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ciências, Naturais e da Terra	9	9	8	11	10	15	8
Ciências Biológicas	3	—	—	—	—	1	2
Ciências Humanas	9	13	5	11	15	14	20
Linguística, Letras e Artes	-	7	8	2	6	3	12
Ciências da Saúde	2	3	2	7	15	12	15
Engenharias	2	3	1	4	4	2	4
Ciências Agrárias	2	3	1	2	1	1	-
Ciências Sociais e Aplicadas	2	3	6	1	5	8	7
Total	29	41	31	38	56	56	68

Fonte: PROPESP – Departamento de Pós-Graduação

Em relação ao número de alunos matriculados nesses cursos, também se observou um aumento de 174,4%, uma vez que, em 1998, havia 746 alunos matriculados, enquanto, em 2003, foram 2.027, sendo 1.583 no *campus* de Belém e 444, nos *campi* do interior do estado. (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Número de Alunos da Pós-Graduação - *Lato Sensu*, Capital e interior, 1998-2003



Fonte: PROPESP – Departamento de Pós-Graduação

A oferta dos cursos de pós-graduação *lato-sensu*, na UFPA, é feita de forma autônoma, pelas unidades acadêmicas, o que tem dificultado o seu acompanhamento pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. O registro desses cursos é feito pelo Departamento de Pós-Graduação da Universidade que, devido à não-apresentação dos relatórios finais, pelos coordenadores de vários cursos, tem tido dificuldade em obter as informações necessárias para o efetivo acompanhamento dos mesmos.

Cabe salientar que, até 1998, a maioria desses cursos era financiada pela União, com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dos 29 cursos ofertados, naquele ano, dezessete, 17, (58,6%) receberam financiamento público da União, e apenas três, 3, (10,3%) foram auto-financiados, ou seja, mantidos pelos próprios

alunos, por meio do pagamento de mensalidades. Essa situação foi invertida, após a decisão da CAPES de não mais financiar esses cursos. No ano de 2004, dos sessenta e oito (68) cursos ofertados, a União, por meio de recursos próprios da UFPA, financiou apenas cinco (5) (7,3%). A grande maioria dos cursos oferecidos, nesse ano, recebeu financiamento externo, sendo quarenta e três, 43, (63,2%) auto-financiados e onze, 11, (16,2%), criados por meio de convênios estabelecidos com órgãos públicos e empresas privadas (Tabela 17), com a intermediação da FADESP, que cobra 5% de taxa de administração.

TABELA 17

Financiamento dos cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*) – Especialização, 1998-2004.

Ano	União	Convênio	Auto-financiado	União + Auto-financiado	Convênio + Auto-financiado	Sem Informação	Total
1998	17	3	3	4	1	1	29
1999	8	4	8	2	2	17	41
2000	1	2	10	-	-	18	31
2001	17	1	16	-	-	4	38
2002	9	13	30	2	2	-	56
2003	5	8	30	-	-	13	56
2004	5	11	43	8	1	-	68

Fonte: PROPESP – Departamento de Pós-Graduação, 2005.

É importante ressaltar que a administração superior da UFPA não tem controle sobre o montante dos recursos arrecadados com esses cursos, pois grande parte das informações sobre eles somente são registradas na Coordenação de Pós-Graduação, com a apresentação do relatório final pela Coordenação respectiva. Nos anos de 1999, 2000 e 2003 observa-se um grande número de cursos sem informação. Outro dado que evidencia a falta de controle da administração superior sobre esses cursos é a informação apresentada pela FADESP, acerca da captação de recursos oriundos deles.

De acordo com o relatório da FADESP, do ano de 2004, foram captados seis milhões, oito mil, dezessete reais e cinquenta e oito centavos (R\$ 6.008.017,58), provenientes da cobrança de mensalidades de quarenta e sete (47) cursos de pós-graduação *lato-sensu*, e dois

milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e dez reais e oitenta e sete centavos (R\$ 2.137.510,87) captados por meio do estabelecimento de nove (9) convênios com empresas privadas e/ou órgãos públicos (Quadros 1 e 2).

QUADRO 1
Cursos de Pós-Graduação (*lato-sensu*) auto-financiados na UFPA – 2004

	Título do Projeto	Recursos Contratados R\$	Origem
01	Planejamento de Gestão do Desenvolvimento Regional	748.740,00	Privada
02	Ortodontia	594.000,00	Privada
03	Implantodontia	432.000,00	Privada
04	Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa	315.826,50	Privada
05	Gerenciamento e Gestão de Qualidade na Indústria da Construção Civil	230.400,00	Privada
06	Gerenciamento e Gestão de Qualidade na indústria da construção civil	216.000,00	Privada
07	Dentística	180.000,00	Privada
08	Planejamento Portuário	175.040,00	Privada
09	Endodontia	128.576,55	Privada
10	Desenvolvimento de aplicações para internet	117.800,00	Privada
11	Gerenciamento Ambiental	114.300,00	Privada
12	Educação Ambiental	114.300,00	Privada
13	Turismo	110.500,00	Privada
14	Análise de Sistemas	108.500,00	Privada
15	Redes de Computadores	108.500,00	Privada
16	Suporte Técnico e Sistemas de Informação	108.500,00	Privada
17	Sistemas de Banco de Dados	108.500,00	Privada
18	Biblioteca Universitária	106.253,00	Privada
19	Odontopediatria	105.600,00	Privada
20	Ecologia e Saúde da Amazônia	100.000,00	Privada
21	Gestão de Sistemas de Saneamento	100.000,00	Privada
22	Hematologia Clínica	94.120,00	Privada
23	Aplicações Computacionais para Rede Telecomunicações	93.200,00	Privada
24	Enfermagem Neo-Natal	92.500,00	Privada
25	Citologia Clínica com ênfase em Citologia Ginecologia	89.450,00	Privada
26	Estudos Culturais da Amazônia – Santarém	81.850,00	Privada
27	Língua Portuguesa – Parauapebas	80.730,26	Privada
28	Língua Portuguesa – Marabá	78.100,00	Privada
29	Língua Portuguesa – Santarém	78.100,00	Privada
30	Nutrição Clínica	78.000,40	Privada
31	Análises Clínica	74.700,00	Privada
32	Estudos Culturais da Amazônia – Belém	74.300,00	Privada
33	Fundamentos da Matemática Elementar – Santarém	72.000,00	Privada
34	Língua Portuguesa – CLA	70.043,70	Privada
35	Estudos Culturais da Amazônia – Abaetetuba	65.050,00	Privada
36	Estudos Culturais da Amazônia – Cametá	65.050,00	Privada
37	Fundamentos da Matemática	65.050,00	Privada
38	Doenças Tropicais	60.550,00	Privada
39	Língua Portuguesa	56.037,17	Privada
40	Doenças Tropicais – Belém	54.600,00	Privada
41	Saúde e Ciências Sócio-Ambientais – Parauapebas	54.600,00	Privada
42	Saúde e Ciências Sócio-Ambientais	54.600,00	Privada
43	Estatística	51.200,00	Privada
44	Cinema	34.250,00	Privada
45	Medicina Tropical	32.200,00	Privada
46	Matemática Fundamental – Castanhal	25.200,00	Privada
47	Semiótica e Artes Visuais	9.200,00	Privada
	Total	6.008.017,58	

Fonte: FADESP – Relatório de Atividade 2004.

QUADRO 2
Cursos de Pós-Graduação (*lato-sensu*) conveniados na UFPA-2004

	Agente Financiador	Título do Projeto	Recursos Contratados R\$	Origem
01	Fundação Vale do Rio Doce	Mineração, Metalurgia do cobre e ferro – Marabá	1.327.610,00	Privada
02	Ministério Público do Estado do Pará	Direito Ambiental e Políticas Públicas	200.000,00	Privada
03	Ministério da Saúde	Saúde do Trabalhador	198.778,42	Federal
04	SEGUP-PA	Defesa Social	198.000,00	Estadual
05	Unesco	Educação Profissional na área de saúde-enfermagem	139.000,00	Internacional
06	SECTAM	Tecnologia de Alimentos – Santarém	28.450,00	Estadual
07	SECTAM	Medicamentos- ênfase melhoramentos fitoterápicos tradicionais	24.709,50	Estadual
08	SESPA-PA	Pesquisa de Gestão de políticas governamentais dirigidas à família, à criança e ao adolescente	13.594,95	Estadual
09	CEFORH	Educação Ambiental	7.368,00	Federal
	TOTAL		2.137.510,87	

Fonte: FADESP – Relatório de Atividade 2004.

Comparando-se a Tabela 17 com os Quadros 1 e 2, fica evidente que as informações registradas, na Coordenação de Pós-Graduação, da UFPA, diferem das apresentadas pela FADESP. Além disso, é importante ressaltar que não existem, na Coordenação de Pós-Graduação, informações sobre o montante dos recursos arrecadados, confirmando-se a total falta de controle e acompanhamento da administração superior, acerca dos recursos captados com a venda desses cursos e com a utilização dos mesmos.

A cobrança de mensalidades, nos cursos de especialização, não tem sido pacífica; ao contrário, tem gerado um certo nível de polêmica e de tensão, na comunidade universitária. Em algumas unidades acadêmicas, a cobrança instalou-se *naturalmente*, especialmente naquelas mais próximas das atividades comerciais. Apesar da reação contrária de alguns setores da universidade, os *benefícios* dessa prática já começavam a ser percebidos, especialmente naqueles que priorizaram a utilização dos recursos advindos da cobrança desses cursos para melhoria das instalações físicas de suas unidades, o que será demonstrado e analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO - 5

DESVELANDO O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Esse capítulo tem por finalidade examinar e explicitar o processo de privatização do público na universidade pública brasileira, tendo como foco de análise a situação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no contexto da reforma da educação superior brasileira.

No processo de construção desse capítulo, buscamos responder as seguintes questões:

a) Como a UFPA vem conseguindo sobreviver, diante da redução de verbas implementada pelo governo no período analisado? b) Qual o papel que a Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa tem desempenhado nas suas relações com a UFPA, especialmente no que diz respeito à captação de recursos externos e facilitação do processo de privatização? c) De que forma a prestação de serviços vem sendo realizada na UFPA e que relação pode ter com o processo de privatização dessa instituição?

O capítulo foi estruturado iniciando com uma breve discussão acerca do orçamento da UFPA, com vistas a identificar a situação financeira da instituição e se essa tem contribuído para viabilizar a sua privatização interna, na medida em que vem sendo estimulada a captação recursos externos. Como intermediadora dessa captação de recursos, consideramos de fundamental importância levantar alguns dados sobre o papel da Fundação de Amparo e Desenvolvimento à pesquisa – FADESP, nesse processo de privatização interna da UFPA.

Finalizamos o capítulo com a análise da prestação de serviços realizadas pela UFPA, o que constitui uma das feições da privatização do público, destacando alguns exemplos de

contratos/convênios estabelecidos com empresas, sendo uma pública estatal e duas privadas, para o desenvolvimento de pesquisas. Para tanto, nossa base de análise são os documentos coletados na Universidade Federal do Pará e as entrevistas semi-estruturadas realizadas (Cf. Cap. 1, seção 3.2)

Levando em conta o contexto capitalista atual, bem como a literatura já explicitada sobre o *público* e o *privado*, consideraremos o Estado como o responsável pela promoção da esfera pública e o mercado, como o *locus* da esfera privada (Cf. Cap. 1). Assim, a “privatização do público” ocorre quando a esfera privada ocupa o espaço público e os interesses privados se sobrepõem aos da coletividade.

Para compreender a privatização da escola pública, Gentili (com base em esquema estabelecido por Donahue), desenvolveu formas possíveis de combinação entre público e privado no campo educacional, utilizando-se do cruzamento das variáveis *financiamento/fornecimento (quem paga?/quem oferece?)*. Segundo ele, a privatização do público envolve três modalidades institucionais complementares: “(1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); (2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); e (3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total)”. (1998, p.75).

Para efeito de nossa pesquisa, considerando a complexidade do fenômeno da privatização do público na educação superior brasileira, acrescentaremos mais uma variável ao esquema desenvolvido por Gentili – a finalidade, ou seja, *quem* será beneficiado?.

A inclusão dessa variável se faz necessária, pois tratará também dos atores sociais que são ou serão beneficiados pela implementação da atividade educacional. Portanto, uma atividade educacional será caracterizada como pública quando for realizada visando torná-la

disponível para a coletividade; quando a atividade tiver por finalidade a preservação de interesses particulares, seja de indivíduos ou grupos (empresariais, organizações etc.), mesmo que o fornecimento e o financiamento sejam públicos, indicará um processo de privatização da educação superior pública.

Assim, as possíveis combinações das variáveis seriam: *quem fornece; quem financia; qual a finalidade*. Sendo a UFPA a instituição pública *quem fornece* o serviço, as atividades executadas por ela serão consideradas como privatização do espaço público quando houver:

- fornecimento público, com financiamento privado e finalidade pública (privatização do financiamento);
- fornecimento público, com financiamento público e finalidade privada (privatização do beneficiário);
- fornecimento público, com financiamento privado e finalidade privada (privatização do financiamento e do beneficiário).

Este trabalho, certamente, não pretende – e, por óbvio, não poderia – esgotar a análise do processo de privatização da educação superior pública, até porque a dinâmica da sociedade exigirá novas análises sobre esse fenômeno, posto que novos elementos irão surgindo, em cada contexto histórico. Nossa expectativa, no entanto, é a de, com base na utilização na tipologia de análise e nas reflexões teóricas feitas, podermos contribuir para uma compreensão mais precisa do processo de privatização da educação superior e identificar os desdobramentos daquelas tipologias.

5.1 – A questão do orçamento e a crise institucional

Como analisamos anteriormente (Cf. Cap.3), a universidade pública brasileira vivencia uma tripla crise – hegemonia, legitimidade e institucional (Santos, 1996) – que, a cada ano, se

agrava. Podemos afirmar, no entanto, que a crise institucional é a que mais se evidencia nos dias atuais. Ela está interligada à crise do modelo do Estado de Bem-Estar, que se manifesta, especialmente, na redução orçamentária, provocada pelo ajuste fiscal do Estado, para a implementação de políticas sociais. No caso da educação superior, a centralidade das políticas governamentais reside na redução de verbas para o custeio das IFES aliada à concessão da autonomia, por meio do estímulo à busca de recursos externos para sua sobrevivência.

Como parte dessa política, nos últimos anos a UFPA vem atravessando uma série de dificuldades, devido à insuficiência de recursos orçamentários oriundos do Tesouro. As restrições ocorrem, sobretudo, nos recursos destinados à manutenção e ao investimento, em razão dos sucessivos cortes efetivados pela área econômica do governo. O Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010 (UFPA. PROPLAN, 2002) apresenta a situação caótica a que essa universidade vem sendo submetida, com uma redução orçamentária, desde 1995: na ordem de 99%, para investimento, e de 50%, nos recursos de manutenção efetiva (água, luz, telefone etc.), o que tem provocado um colapso no orçamento e inúmeras dificuldades para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa situação é relatada por um ex-dirigente da instituição:

[...] a política de governo, que foi de contenção de custos, redução de custos. E por conta disso, o que é que eles fizeram? Eles congelaram o orçamento, desde 95. Ainda pegou aquele embalo da inflação, embora não houvesse mais inflação. Nós caracterizamos 95 com um pico orçamentário e de despesas, também, onde se gastou mais. A partir de 95, o que o governo vem implantando, não só o congelamento de orçamento, como na verdade uma redução orçamentária; então, ele vem fazendo isso até hoje [...] as universidades estão no osso, não tem mais o que tirar delas, porque eles aplicaram, desde 95 para cá, uma metodologia de fazer com que o orçamento fosse enxugado o máximo possível. É uma maneira de você reduzir custo e gastar menos e, evidente, essa é a forma mais fácil de fazer, basta que você realmente não repasse os recursos. Então, essa que foi a política dele, a idéia de que a gente tem que complementar e buscar lá fora; todo mundo sabe disso, que cobrando mensalidade, prestando serviço, isso não cobre as despesas da universidade. O que se consegue com isso é muito pouco na verdade. (SG-1).

Essa política de corte nos recursos orçamentários da universidade pública é parte da crise institucional que a atinge em três aspectos fundamentais: a) devido à seletividade dos cortes, “alteram as posições relativas das diferentes áreas do saber”; b) por serem baseados em padrões de produtividade, submetem a instituição a critérios de avaliação cujos resultados tendem a ser negativos; c) impulsionam a universidade a buscar fontes alternativas de financiamento, para que possam manter suas funções (Santos, *Op. cit.*).

Para efeito desse estudo, faz-se necessária uma rápida análise sobre ao orçamento da UFPA para que possamos compreender como essa instituição vem sobrevivendo, numa situação de crise institucional.

5.1.1 – O Orçamento da UFPA

O Balanço Orçamentário de 2003, apresentado no Relatório de Gestão (UFPA. PROPLAN, março/2004), contém o detalhamento da distribuição orçamentária da UFPA por fonte de recursos, em seus aspectos da receita prevista e da despesa fixada. (TAB. 18).

TABELA 18

UFPA: Distribuição orçamentária por fonte de recursos (2003)

R\$1,00		
ORIGEM DA RECEITA	AUTORIZADA	ARRECADADA
Recursos do Tesouro Nacional (Fonte 0100+0112+0250+0281+0300+0312)	265.616.703,01	254.762.656,00
Recursos de Convênios (Fontes 0100+0112+0142+0148+0151+0153+0155+1153)	26.483.047,01	26.483.047,01
Recursos Próprios (Fontes 0250+0281)	3.984.078,00	3.970.048,06
Total	296.083.828,02	285.215.751,07

Fonte: CONOR E CONSULTORC (março 2004)

O exame da tabela supra mostra que o volume de recursos autorizados é superior ao arrecadado, resultando numa perda, para a UFPA, de dez milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setenta e seis reais e noventa e cinco centavos (R\$10.868.076,95). Verifica-se, ainda, que os

recursos arrecadados por meio de convênios em 2003 representaram 9,29% da receita total da UFPA e os recursos próprios arrecadados pela UFPA, por meio da cobrança de diferentes taxas e emolumentos (ANEXO A), foi de apenas 1,39% do total da receita arrecadada, como demonstra o GRÁFICO 3, a seguir:

GRÁFICO 3

PERCENTUAL DA RECEITA ARRECADADA POR ORIGEM DE RECURSOS-2003



Fonte: UFPA / PROPLAN, 2003

Examinado o volume de recursos captados pela UFPA, com a intermediação da FADESP, por meio de convênios e contratos, apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional, observa-se que ocorreu um crescimento significativo. Se compararmos o montante arrecadado em 1997 com o de 2003, constata-se um crescimento de 176% (TAB. 19).

TABELA 19

Recursos totais de Contratos e convênios – FADESP

1997	1998	1999	2000/2001	2003
9.590.948	8.617.316	21.707.756	19.487.594	26.483.047

Fonte: PROPLAN/PDI, 2003.

Apesar do crescimento apresentado, é possível afirmar, no entanto, que os recursos captados pela FADESP têm sido irrelevantes, pois, mesmo no ano de 2003 (em que obteve

um crescimento substantivo), o montante desses recursos representou apenas 9,29% da receita arrecadada.

Depreende-se que a situação se torna, a cada ano, mais grave, haja vista a escassez de dotação orçamentária inicial, a luta para conseguir suplementação e a demora em obter recursos, além da irregularidade do fluxo dos recursos financeiros. Essa situação crítica do orçamento é parte de uma política governamental, que tem como finalidade forçar as universidades a buscar recursos no mercado.

É importante ressaltar, no entanto, que examinando o Relatório de Gestão do ano de 2003, verificamos que a FADESP gerenciou recursos – gerados por projetos financiados por entidades parceiras (Pesquisa, Ensino, Extensão e Desenvolvimento Institucional) –, no valor de R\$148.316.727,18 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e sete reais e dezoito centavos), além de conceder apoio direto à UFPA, no valor de R\$163.869,75 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos), em 2002, e de R\$530.889,02 (quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dois centavos), em 2003. Resta indagar por que esses valores não integram o demonstrativo da distribuição orçamentária, constante do mesmo relatório, no qual apresentam um valor de R\$ 26.483.047,02 (vinte e seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quarenta e sete reais e dois centavos)? (TAB. 19). Esse fato demonstra problemas na prestação de contas, pela administração superior da UFPA, dos recursos arrecadados pela Fundação e será melhor explorado adiante.

5.1.2 – A execução orçamentária

Ao examinarmos a evolução da execução orçamentária no período de 1995 a 2003, observamos que, apesar do aumento em 33,6% no montante de recursos do ano de 2003 em relação ao ano de 1995, as despesas com pessoal, outras despesas correntes e capital em termos percentual foram equivalentes⁷², como pode ser observado na TAB. 20, a seguir:

TABELA 20
Execução orçamentária e financeira com pessoal, outras despesas correntes e capital com recursos do Tesouro Nacional, nos anos de 1995, 1998, 2000 e 2003

ANO	Pessoal	%	Outras Despesas Correntes	%	Capital	%	TOTAL
1995	174.072.724,40	81,8	32.293.533,91	15,2	6.438.777,99	3,0	212.805.036,30
1998	159.034.603,14	86,4	24.587.457,34	13,3	579.660,63	0,3	184.201.721,11
2000	189.658.051,00	89,1	22.348.838,62	10,5	854.728,74	0,4	212.861.618,36
2003	230.387.191,00	81,0	44.233.739,60	15,6	9.699.801,22	3,4	284.320.731,82

Fonte: PROPLAN/UFPA, 2003.

Observa-se ainda que o ano de 1998 foi o que apresentou o pior resultado, com redução significativa em todos os itens da execução orçamentária. Em relação a outras despesas correntes e investimentos, o menor percentual de gastos ocorreu no ano de 2000 que, em compensação, apresentou o maior percentual de gastos com pessoal, o que pode ser explicado pela criação da Gratificação de Estímulo à Docência, em 1998, cujo efeito orçamentário repercutiu, a partir do ano de 1999.

Em relação às despesas de capital, além de irrisórias, nos anos de 1998 e 2000, representaram apenas 0,3% e 0,4% do orçamento, respectivamente. É importante ressaltar que essa situação não é típica da UFPA, ocorrendo também nas demais IFES. Amaral (2003), ao

⁷² Isto, sem levar em conta que, mesmo com o aumento de recursos, estes sequer conseguiram suprir o déficit já existente. Além do mais, foi também insuficiente para cobrir os aumentos que ocorreram em vários serviços (a exemplo de água, luz e telefone), ocorridos neste período.

examinar a execução orçamentária das IFES, no período entre 1990 e 2002, concluiu que os recursos para a efetiva manutenção dessas instituições foram reduzidos, entre 1990 e 2002, em 62%. Indica, ainda, que a redução drástica de recursos de investimentos das IFES, no período de 1990 a 2002, foi de 1/3 e que, em 1998 e 1999, esses recursos foram quase nulos.

Nos gastos com outras despesas correntes, encontram-se, além daqueles destinados às finalidades acadêmicas, os chamados benefícios e o pagamento de professores substitutos e de médicos residentes. Os benefícios se caracterizam como salários indiretos: vale-transporte, auxílio alimentação, assistência médica e odontológica a servidores e seus dependentes, apoio à educação de crianças de zero a seis anos e o PASEP, formação do Patrimônio do Servidor Público. Até 1996, os professores substitutos eram pagos com recursos de pessoal, alterando-se, a partir de 1997, para recursos de outras despesas correntes. Observando-se a execução orçamentária, da UFPA, no período de 1995 a 2003, verifica-se que, justamente a partir de 1998, os recursos destinados a outras despesas correntes foram reduzidos, significativamente, tendo sido recuperados, apenas no ano de 2003, quando retomou os patamares de 1995.

Os dados (TAB.20) demonstram que os recursos orçamentários da UFPA, oriundos do Tesouro, têm sido drasticamente restringidos, provocando uma deterioração das atividades institucionais. Mesmo assim, as informações levantadas sobre a UFPA, no período analisado, indicam que ela conseguiu ampliar o número de matrículas, na graduação e na pós-graduação, além de ter contratado mais professores substitutos, especialmente para atuar nos *campi* do interior. Neste sentido, algumas questões merecem ser esclarecidas: como a UFPA conseguiu expandir suas atividades, no período? Como obteve recursos para a aquisição de equipamentos de laboratórios e atualização de seu parque de informática?⁷³ Afinal, como sobreviveu?

⁷³ No Relatório de Gestão - 2003, consta que, das metas alcançadas, foram criados vários laboratórios e outros foram expandidos, e citam os seguintes: Lab. ISO-PETRO – Geociências; Lab. LAPAC-Química/CCEN; Lab. Microscopia Eletrônica – Geociências; Lab. Microscopia Eletrônica - C. Biológicas; Lab. NESC - Energia e Comunicação – CT; Lab. Genética Humana e Médica – CCB; Lab. PROEN – Geofísica; Lab. PROSIS – Geofísica.

A resposta pode estar na ampliação dos serviços (segundo as regras do mercado) que a UFPA presta, para angariar recursos. São serviços pagos que mantêm parte de suas atividades e se tornaram fonte de complementação salarial de professores e técnico-administrativos. Com o congelamento salarial e a manutenção dos recursos de outras despesas correntes e investimentos, apenas para permitir que a UFPA pagasse suas despesas básicas, o governo a forçou a passar a atuar por meio de contratos e convênios, com a intermediação da FADESP.

Aliado a isso, o governo vem desenvolvendo uma política que tem forçado as universidades a concorrerem entre si, para obter algum tipo de investimento, por meio do lançamento de programas específicos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação, de Ciência e Tecnologia e da Saúde, para aquisição de acervo bibliográfico, computadores e outros equipamentos, além dos necessários ao atendimento de programas específicos, para os hospitais universitários. Com isso, o governo determina o que a universidade deve fazer, firmando convênios, intermediados pela Fundação de Apoio. Na prática, vem ele estabelecendo com as universidades contratos de gestão, à semelhança dos previstos pela Reforma Administrativa, do ex-ministro Bresser Pereira, na medida em que exigem o cumprimento de metas e a produtividade da instituição para que ela possa fazer jus às verbas complementares necessárias à sua manutenção, como denuncia um ex-dirigente da UFPA:

[...] na verdade, eles têm uma política onde eles determinam o que a gente deve fazer e não o que a gente quer fazer e você decide se participa ou não desses programas. . Obviamente que *[com]* a fome que se está não vai deixar de participar, vai atrás, que de fato também está precisando disso. [...] Agora, observa que tudo isso é sempre feito de um orçamento que não é da universidade; é um orçamento da União, feito através de convênio, convênio/MEC, ou quando não, do Ministério da Ciência e Tecnologia e você tem que prestar conta de metas. O que eu quero dizer é o seguinte: passa como se fosse, basicamente, aqueles contratos de gestão que estão querendo implantar ou que na verdade já estão implantando. É isso que eles vêm fazendo, de uma forma devagar: completar o orçamento da universidade. Como é que se completa? Eles roubam o modelo que é *[de]* produtividade, usam aqueles indicadores de produtividade e, através desse

modelo, comparam, então, quanto é que eu deveria receber com o que está no meu orçamento. (SG-01).

A situação orçamentária da UFPA se insere em um quadro mais amplo de redução dos recursos orçamentários e financeiros da União, para as IFES, situação essa amenizada, no orçamento executado de 2003, que retomou os patamares de 1995. Os exercícios orçamentários da instituição, ao longo do período analisado, apresentam uma situação crítica, pois: a) a cada ano, os recursos vêm sendo reduzidos, especialmente no custeio, e a inclusão do pagamento de professores substitutos, nessa rubrica, gerou perdas orçamentárias ainda maiores; b) as despesas efetivas com manutenção têm recebido valores que são definidos pela política de alocação de recursos da SESu/MEC. Esses valores, no entanto, dependem, em geral, de Emendas apresentadas no Congresso que, ano após ano, passam pela incerteza tanto do volume de recursos a serem aprovados quanto da liberação dos mesmos.

O fato é que a política definida pelo governo federal comprimiu o orçamento da UFPA, em particular, e das IFES, em geral, submetendo a instituição à situação de precariedade gerada pela escassez de recursos que, quando liberados por meio de convênios, ou são para fins específicos – que não atendem as atividades cotidianas – ou dispõem de reduzido tempo para aplicação, impedindo uma melhor utilização dos mesmos.

Com base nos dados levantados sobre a situação do financiamento da UFPA, concluímos que essa instituição vive uma situação de crise institucional que a cada ano vem sendo aprofundada. Essa crise é consequência da implementação de uma política governamental baseada em ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais e tem induzido essa universidade à busca de captação de recursos no mercado.

Contando com a intermediação da FADESP, essa instituição vem realizando uma série de atividades caracterizadas como prestação de serviços, para captação de recursos externos,

transformando as atividades-fins de ensino, pesquisa e extensão em fonte de renda para grupos de docentes e técnico-administrativos que aderiram a “racionalidade modernizadora” do capital.

5.2 – A Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa e a privatização da UFPA

A Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP) foi criada através da Resolução nº 370, de 17 de setembro de 1976, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), da UFPA, com base nas normas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, sobre a instituição de Fundações.

A idéia de instituir uma Fundação de Apoio e Desenvolvimento à Pesquisa, no estado do Pará, surgiu por iniciativa da UFPA, numa ação conjunta com a Associação Comercial do Pará. A FADESP é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo dotada de personalidade jurídica própria, o que lhe permite firmar convênios e contratos. Atua como apoio às ações da UFPA, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A primeira modificação do Estatuto da FADESP, feita por meio da Resolução nº1.612, de 1988, do CONSEP, da UFPA, estabelecia que a estrutura orgânica da Fundação seria constituída por um Conselho Diretor e uma Diretoria Executiva. O Conselho Diretor seria composto por nove (9) membros, sendo quatro (4) representantes da UFPA, um de cada das quatro áreas de pesquisa da UFPA, um (1) representante do governo do estado do Pará, um (1) representante do CNPq, um (1) representante da Federação de Indústria do Pará (FIEPA), um (1) representante da Associação Comercial do Pará e um (1) representante da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA - extinta SUDAM), todos designados pelo Reitor da UFPA.

Nova alteração no Estatuto da FADESP foi feita, em dezembro de 2003, por meio da Resolução nº 001/2003, aprovada pelo Conselho Diretor da entidade. Com essa alteração, a estrutura orgânica da Fundação passou a ser constituída por um Conselho Diretor, um

Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. A composição do Conselho Diretor foi alterada, passando a ser constituída por doze (12) membros, com representantes do Governo do Estado, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Integração Nacional, Banco da Amazônia - BASA, da FIEPA, da Federação de Agricultura do Estado - FEAPA, da Associação Comercial do Pará, e cinco (5) membros escolhidos pelo CONSEP, da UFPA.

Com essa alteração estatutária, a FADESP aumentou a participação externa, no Conselho Diretor, reduzindo a ingerência da UFPA sobre suas ações. Atualmente, a FADESP ampliou sua área de atuação para outras instituições de ensino e pesquisa do Estado. Com a missão de apoiar, promover e incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do Estado, a FADESP atua por meio do apoio à gestão de projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional e prestação de serviços técnicos especializados de instituições de ensino e pesquisa, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico sustentável da região. (FADESP, 2004).

Apesar de a FADESP ser uma fundação privada, é tida, do ponto de vista legal, como sem fins lucrativos (por isso, possui isenção fiscal), funciona como empresa privada, não recolhe tributos, tendo parte substancial de suas receitas advindas de recursos do setor público (MEC, MCT, secretarias do estado, empresas estatais, prefeituras etc.). Por meio da interveniência da FADESP, são estabelecidos contratos de projetos de pesquisa, de consultorias, de prestação de serviços e de ofertas de cursos, nos quais são cobradas taxas de administração.

As maiores fontes de rendas da FADESP provêm da intermediação na venda de cursos e assessorias das unidades acadêmicas; dos convênios firmados para desenvolvimento de pesquisas com empresas públicas e privadas, ligadas ao setor produtivo sem licitação⁷⁴; da

⁷⁴ A dispensa de licitação é permitida pela Lei 8.666/93, que regula a realização das licitações pelo setor público. No artigo 24, inciso XIII, com redação dada pela Lei 8.883/94, que define como “dispensável de licitação”, essa dispensa é admitida quando houver “contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou

cobrança pela prestação de serviços; dos recursos do Sistema Único de Saúde-SUS, utilizados, de forma irregular, para a contratação de trabalhadores, para os hospitais universitários, da UFPA (Betina Ferro e Sousa e João Barros Barreto)⁷⁵.

Até o início de 2000, a FADESP cobrava 10% do montante dos recursos de cada convênio ou contrato que intermediava, sob a justificativa de “cobrir os custos operacionais”, percentual esse posteriormente reduzido para 5%. Na prática, a Fundação atende as unidades acadêmicas, da UFPA, na prestação de serviços remunerados e na viabilização de convênios e contratos.⁷⁶ A FADESP tem sido utilizada como intermediária no estabelecimento de convênios, contratos e cartas da UFPA, com a justificativa de *agilizar e viabilizar* a prestação de serviços.

Os argumentos da defesa de uma maior *agilidade* na execução de convênios e da ampliação de receita própria fortaleceram a política governamental, que tem estimulado as universidades a utilizar as fundações para o gerenciamento dos recursos. Como resultado dessa política, as universidades, em sua ampla maioria, dependem das fundações para captar recursos públicos para financiamento das pesquisas.

estatutariamente de pesquisa, ensino ou do desenvolvimento institucional”, desde que “a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”. Já o artigo 25, no inciso II, prevê a inexigibilidade de licitação, quando se tratar de “contratação de serviços de técnicos [...] de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização”.

⁷⁵ A irregularidade citada foi constatada pela Controladoria-Geral da União no Pará (CGU), na Auditoria realizada no período de 10/03/2004 a 27/04/2004, na UFPA, referente ao ano exercício de 2003. De acordo com o Relatório nº 140063, da Auditoria da CGU, foi constatado que a UFPA estava realizando “contratação indireta de pessoal por intermédio de sua Fundação de Apoio – FADESP. A ocorrência foi observada especialmente nas contratações de funcionários para os hospitais universitários João de Barros Barreto e Betina Ferro de Souza. A prática foi considerada irregular por afrontar o princípio do concurso público contido no inciso II do artigo 37 da constituição federal”.(CGU, 2004, p.177).

⁷⁶ A UFPA, por intermédio da FADESP, tem celebrado convênios/contratos com entidade/empresas públicas e privadas: Fundação Bio-Rio; Extracta Moléculas Naturais LTDA; Companhia Vale do Rio Doce; ALBRÁS, ALUNORTE; Rede CELPA; ELETRONORTE; ALUNORTE; Ericson; Camargo Corrêa; Telepará; SEBRAE; Fundação Boticário; Fundação FORD; Petrobrás; BASA; UNICEF; International Development Research Center; SEDUC-Pa; Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Petróleo; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição; Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde; INCRA/PRONERA; SECTAM/FUNTEC; CTINFRA/FINEP; CAPES; CNPq.

É importante ressaltar que os órgãos de fomento – como a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia – FINEP, que gerencia os Fundos Setoriais, o Conselho Nacional de Pesquisa -CNPq, o Instituto do Milênio – exigem que os convênios de financiamento da maioria dos projetos de pesquisa sejam firmados com a intermediação das fundações Além disso, o estabelecimento de convênios, por parte das universidades, tem sido estimulado pelo governo federal, sendo parte integrante da política de financiamento das pesquisas estabelecidas pelos Fundos Setoriais, como explica um dirigente da universidade:

[...] os recursos são repassados para as fundações, são gerenciados para a Fundação, isso facilita, porque as instituições públicas elas são limitadas ao chamado orçamentário. Então, a universidade, ela tem um orçamento anual, um orçamentário ela tem que movimentar aquele recurso dentro daquela previsão. Quer dizer, no momento que surge um projeto de pesquisa, o repasse, portanto de dinheiro, para que esse repasse vá para a conta da universidade, é necessário que ela tenha o que se chama no campo contábil de orçamentário. E para que ela consiga esse orçamentário, ou ela prevê no ano anterior ou então ela tem que pedir ao SIAF e aos órgãos competentes a liberação desse orçamentário o que leva, em média, 60 dias para a liberação e um projeto de pesquisa não pode esperar todo esse tempo.(SG-05).

Para se ter uma idéia do volume de instrumentos jurídicos (convênios/contratos/cartas) gerenciados pela FADESP, somente no ano de 2001, foram firmados trezentos e seis (306). Em 2002, foram quinhentos e quarenta e cinco (545), em 2003, quatrocentos e oitenta e sete (487) e, em 2004, foram assinados seiscentos e vinte e sete (627)⁷⁷.

Segundo o Relatório da FADESP – 2004⁷⁸, o montante de recursos geridos pela Fundação, entre 2002 e 2004, foi de R\$141.965.371,41 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais, e quarenta e um centavos), sendo a maioria desses recursos, 86%, proveniente de fontes públicas (FADESP, 2004). Novamente, aqui, se constata a contradição existente entre os dados apresentados no Relatório

⁷⁷ Os dados foram extraídos do Relatório de Atividades – 2004, da FADESP.

⁷⁸ O diretor executivo da FADESP apresentou, pela primeira vez, no Conselho Superior da UFPA, o Relatório da Fundação, referente ao ano de 2004, cumprindo determinação do Decreto nº 5.205, de 14/09/2004, que, no parágrafo único, do Art. 8º, estabelece que: “A renovação do credenciamento concedido nos termos deste artigo depende de manifestação do órgão colegiado superior da instituição apoiada na qual tenha sido aprovado relatório de atividades apresentado pela fundação de apoio”.

da FADESP e os apresentados no Relatório de Gestão – 2003, da PROPLAN, sobre o montante dos recursos gerenciados pela Fundação (Cf. item 5.1.2). Como vimos, segundo as informações da PROPLAN, somente no ano de 2003, a FADESP teria gerenciado R\$148.316.727,18 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e sete reais e dezoito centavos) e, além disso, apenas R\$26.483.047,00 (vinte e seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e quarenta e sete reais) foram incluídos na prestação de contas, da UFPA. Essa inconsistência nos dados demonstra, no mínimo, a falta de controle e de organização na prestação de contas, tanto por parte da administração superior quanto da Fundação.⁷⁹

Esses fatos reforçam os argumentos contrários à existência das fundações de direito privado, no interior das universidades públicas, dentre os quais: a inconsistência na prestação de contas, à comunidade universitária, dos recursos captados; a ausência de transparência na aplicação dos recursos; a falta de controle das fundações, por parte da Universidade, para apurar a lisura nos atos administrativos e financeiros; ausência de licitação prévia em grande parte dos contratos celebrados com as fundações, pelos órgãos públicos, além do fato de que os recursos transferidos para a Universidade são irrelevantes; utilização da infra-estrutura pública, por parte das fundações, em prol de interesses privados⁸⁰.

A FADESP, como as demais fundações de apoio de direito privado, desempenha o papel de gerenciadora de recursos públicos voltado para o mercado capitalista. A relação entre a FADESP e a UFPA é estabelecida como se a última fosse uma empresa privada interessada em vender seus produtos e obter lucros. A lógica da Fundação é mercantilista e sua atuação,

⁷⁹ O Relatório nº 140063, já citado, gerado pela Auditoria realizada na UFPA, pela Controladoria-Geral da União no Pará (CGU), nos meses de março e abril de 2004, dá sustentação a essa avaliação, ao registrar que: “os balanços financeiros, orçamentários e patrimoniais da UFPA não refletem fidedignamente a execução da despesa, já que são omitidos os gastos feitos na Fundação de Apoio”. (CGU, 2004, p.208-209). A CGU constatou, ainda, que 38,25% das despesas correntes da UFPA foram executadas fora da conta única do tesouro prática essa considerada irregular.

⁸⁰ Atualmente, existem 195 Fundações credenciadas pelo MEC e não se observam melhorias substanciais na situação financeira das universidades. Fonte: www.mec.gov.br/sesu/arquivos/doc/credenciada.xls Acesso em 05.05.2005.

no interior da universidade, retrata uma forma de pensar a educação como serviço e como objeto de compra e venda, ou seja, mercadoria. A utilização da FADESP pela UFPA tem facilitado o acelerado processo de privatização dessa instituição, fomentando um clima favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo o individualismo, o empresariamento dos docentes e pesquisadores transformando-os prioritariamente em gerentes do ensino da pesquisa e da extensão. A FADESP funciona como um mecanismo arrecadatório e de gestão, especialmente, por intermediar a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão ao mercado, o que será abordado a seguir.

5.3 – A Prestação de serviços na UFPA

De modo geral, a prestação de serviços na UFPA vinha sendo caracterizada como parte das atividades de extensão, e, durante muito tempo, foi desenvolvida como forma de interação entre a universidade e a sociedade. Essa interação tinha como finalidade principal ampliar a visibilidade da produção acadêmica da instituição, divulgando suas potencialidades para o desenvolvimento local e regional, além de contribuir de forma mais efetiva, em consonância com os movimentos sociais, para a solução dos problemas da sociedade local.

Apesar do Estatuto da UFPA (em vigor desde 1978) estabelecer, no Art. 52, que a extensão seria realizada por meio de cursos e serviços a terceiros, tanto a pessoas quanto a entidades públicas e privadas e, “sempre que possível poderiam ser remunerados”, essa prática não foi desenvolvida na Universidade, até 1997, quando um movimento inicial, com vistas à cobrança de taxas e emolumentos, pela UFPA, foi realizado e o CONSAD definiu a cobrança para algumas atividades: 2ª via de documentos (diplomas, certificados, histórico escolar); revalidação de diploma de graduação e de pós-graduação; expedição de transferência para outras IES, certidões em geral e serviços clínicos de orientação psicológica (ANEXO A). Mesmo que os valores cobrados não representassem um montante de recursos significativo,

para a universidade, como pode ser observado anteriormente (Cf. seção 5.1, deste Capítulo), começou a ser instalada, no interior da instituição, a idéia de que seria necessário estabelecer cobranças pela realização de serviços à comunidade interna.

Nos anos seguintes, esse movimento foi intensificado, na dinâmica interna da UFPA, quando o governo federal aprofundou a política de corte de verbas públicas para as IFES, induzindo-as a aceitar novas formas de organização e gestão, na busca de alternativas que gerassem receitas próprias.

Essa política de indução do MEC, para que as universidades públicas ampliassem os recursos próprios, para sua sobrevivência (leia-se: sem depender das verbas federais), foi decisiva para que a administração superior da UFPA passasse a defender a prestação de serviços remunerados como forma alternativa de preservar a vida institucional. A busca pela ampliação de receita da universidade, para manutenção e investimento, levou os gestores da UFPA a defender a necessidade da utilização das potencialidades existentes na instituição, como forma de geração de renda, sobretudo por meio da prestação de serviços e da comercialização de “produtos acadêmicos”.

Os argumentos a favor da cobrança pela prestação de serviços foram reforçados, no interior da instituição, superando aqueles favoráveis à gratuidade absoluta que havia. Com isso, uma *nova mentalidade, produtivista e pragmática*, foi fortalecida, especialmente entre os docentes, que passaram a empreender dinâmicas próprias de captação de recursos, na Universidade, como argumenta o pesquisador, a seguir:

[...] a Universidade, em si, é uma instituição pública, mas ela não está aqui, nem foi preparada para prestar serviço, seja para A, B ou C, de graça, porque nós não temos um orçamento dirigido para isso. **Nós não somos uma instituição assistencialista.** Isso aí eu não posso aceitar, em hipótese nenhuma, [*que*] a pessoa simplesmente chegue e diga – é uma instituição pública – é uma instituição pública que se você realizar qualquer tipo de coisa para empresa, principalmente para empresa [...] principalmente para empresa, que essa empresa não pague muito bem por esse serviço. E ainda

digo mesmo, não sinto nenhum tipo de preocupação em dizer, também, que as pessoas envolvidas em qualquer tipo de prestação de serviço, aprovado pela instituição, que essas pessoas todas envolvidas ganhem um complemento salarial. Por conta disso também não sou contra (SP-02).[grifos nossos]

Assim, essa *nova mentalidade* gera uma *nova cultura*, que ganha força paulatinamente, no âmbito interno da Universidade. Novos hábitos e novas práticas passam a fazer parte do cotidiano institucional. Dentro dessa lógica, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pela Universidade, podem ser caracterizadas como prestação de serviços. É evidente, no discurso supra, que o caráter *público* da UFPA está completamente suprimido, eliminado. Tanto que sua equivalência, para o entrevistado, é com o assistencialismo, ou seja, a atitude que é fruto de uma *doação* pessoal.

A UFPA aumentou consideravelmente o volume de serviços remunerados, nos últimos anos, sobretudo, assessorias e consultorias a empresas privadas; cursos de pós-graduação *lato sensu*; cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento; cursos livres de línguas estrangeiras; oferta de cursos de graduação, por contratos firmados com prefeituras e governo do estado; processos seletivos e/ou concursos, para órgãos/instituições governamentais e/ou empresas privadas; produção/realização de projetos/programas, na área de Ciência & Tecnologia, voltados para a iniciativa privada; exames ambulatoriais, realizados por meio de contratos firmados com a Secretaria de Justiça do Estado; análises de combustíveis; medições de intensidade de campo elétrico; instalação de antenas coletivas; manutenção, aferição e instalação de instrumentos de rádio-comunicação; medições de interferência eletromagnética; desenvolvimento de programas computacionais; dentre outros.

A procura de alternativas que gerem recursos capazes de arcar com as despesas de manutenção e conservação de equipamentos tornou-se fundamental para a administração superior da Universidade. Assim é que, no Plano de Desenvolvimento elaborado, para o período de 2001 a 2010, foram estabelecidas, como estratégia para a *modernização* da gestão,

a estruturação da prestação de serviços e a captação de recursos financeiros. Duas metas foram consideradas essenciais, para a consecução desse objetivo: “(a) promover a revisão dos instrumentos legais para maior agilidade e controle na execução de projetos e, b) ampliar e fortalecer as alternativas de captação de recursos financeiros” (UFPA. PROPLAN, 2002).

De acordo com esse Plano, serão implementadas várias ações, na perspectiva de ampliar e fortalecer a captação de recursos financeiros para a Universidade, dentre as quais: incentivar a busca de recursos externos, por meio da prestação de serviços; ofertar cursos à comunidade; criar e implementar a Secretaria de Apoio à captação de recursos; desenvolver projetos/programas que promovam a geração de renda, otimizando o aproveitamento sustentável de recursos naturais próprios das respectivas localidades.

Dentre as diversas atividades de prestação de serviços desenvolvidas na UFPA, com a finalidade de captação de recursos externos, destacaremos, nesse estudo, as atividades de ensino realizadas, especialmente, por meio dos cursos de especialização e dos cursos de graduação contratados pelas prefeituras do interior do Estado e pela Secretaria de Educação do estado do Pará.

5.3.1 - Os cursos pagos na UFPA

De maneira geral, atualmente, a prestação de serviços engloba quase todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Nas atividades de ensino, destacam-se, por um lado, os cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos e, por outro, os cursos de graduação voltados para a formação de professores da educação básica, vendidos para as prefeituras e para o governo do Estado, mantidos com verbas do FUNDEF e incluídos como atividade de prestação de serviços da UFPA, sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão –

PROEX. Esses cursos representam, hoje, a maior oferta de cursos de graduação da UFPA, nos *campi* do interior, com uma abrangência de 115 municípios atendidos.

Tem sido muito difícil definir e controlar a utilização do montante de recursos arrecadados com esses cursos, como comprova a afirmação de um ex-dirigente:

[...] o recurso do FUNDEF é livre de rubricas. O que quer dizer isso? Eles vão lá, dão um curso, a prefeitura paga e o dinheiro entra aqui. Esse dinheiro, ele não está carimbado: olha, é tanto para o professor, tanto para não sei o quê. Então, como está aqui, quem vai gastar é ordenador de despesas [...] (SG-2).

Sabe-se que esses recursos são bastante significativos para a complementação do salário dos docentes (que, para cada disciplina de 60 horas, ministrada em regime de tempo integral, em cerca de oito dias, recebe o valor de R\$2.400,00) e têm contribuído para a manutenção e uma pequena melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos das unidades acadêmicas envolvidas com esses cursos, que ficam com 15%, em média, dos recursos arrecadados. O controle dos recursos advindos desses cursos, no entanto, fica sob a responsabilidade da unidade gestora, sendo, de modo geral, assumido pelos coordenadores dos cursos; até o momento, nada foi publicizado à comunidade acadêmica, sobre esse recursos e seus usos, os quais não constam dos relatórios financeiros da instituição.

Esse mecanismo, que se repete nos cursos de pós-graduação *lato sensu* (Cf. infra), contempla a todos: aos professores, que conseguem “engordar” os seus magros salários; às prefeituras, que se livram de financiar sozinhas a formação de seus quadros docentes; às unidades acadêmicas, que conseguem adquirir bens de consumo e de capital; e aos formandos, que, doravante, poderão expor a *griffe* UFPA, em seus diplomas.

Como vimos, anteriormente, na Tabela 17 (Cf. Cap. 4, item 4.3.3), desde o ano de 1999, vem ocorrendo um crescimento significativo na oferta de cursos de pós-graduação *lato*

sensu (especialização), financiados com recursos oriundos da cobrança de mensalidades dos alunos ou pelo estabelecimento de convênios com empresas privadas ou órgãos públicos do Estado, chegando a atingir, em 2004, um total de 79,4% dos cursos ofertados, na UFPA.

Como resultado dessa prática, uma *nova mentalidade*⁸¹ começou a ser formada, no interior da UFPA, na qual a defesa da cobrança desses cursos passou a ser feita por docentes e técnico-administrativos, de forma *natural*, como se fosse uma situação própria da natureza da instituição, à medida em que nela vislumbravam uma possibilidade real de melhorar a infraestrutura e complementar seus baixos salários.

Essa questão, no entanto, tem gerado muita polêmica, internamente à UFPA, especialmente por parte das lideranças estudantis e de docentes que defendem a gratuidade do ensino em todos os cursos ofertados pela instituição⁸².

Dentre os argumentos favoráveis à cobrança desses cursos, destacamos: a) necessidade da sobrevivência da instituição para manter e melhorar as instalações físicas; b) impossibilidade de oferecer esses cursos, sem a cobrança das taxas, pois a CAPES não os financia mais; c) subtração, pelo governo federal, do orçamento das universidades, o volume de recursos que seriam para esses cursos; d) aposentadoria de muitos professores, sem que tenham sido permitidas novas contratações para preenchimentos das vagas; por outro lado, a recusa dos professores em exercício a realizar atividades que extrapolem o plano individual de trabalho, devido aos salários aviltantes; e) a perspectiva de que possam se constituir numa das formas de se manter a gratuidade dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; f) o argumento da justiça social, na medida em que grande parte da clientela atendida tem poder

⁸¹ A expressão “nova mentalidade”, aqui utilizada, relaciona-se ao movimento de aceitação acrítica do processo de privatização interna da universidade pública, tratado na seção 3.4, deste trabalho. Sobre isso ver: CHAÚÍ, 1999b.

⁸² Essa polêmica se encontra fartamente documentada, nas atas das sessões dos Conselhos Superiores, das Assembléias Docentes e de Estudantes. Reproduzi-las aqui, além de desnecessário, demandaria mais um volume.

aquisitivo elevado e que a realização desses cursos contribuirá para aumentar o seu ganho no mercado de trabalho.

Os principais argumentos contrários à cobrança de mensalidades, nos cursos de especialização são: a) é uma ação ilegal, por ferir a Constituição Federal que, no inciso IV, do artigo 206, estabelece que “o ensino é gratuito nos estabelecimentos oficiais”; b) essa cobrança acentua a elitização da universidade, pois exclui o acesso de alunos de baixa renda a esse tipo de formação; c) a instituição não se beneficia dos recursos arrecadados, pois a maior parte fica com pequenos grupos de docentes, para benefício particular (complementação salarial e/ou aquisição de equipamentos e material para sua própria pesquisa).

Diante da polêmica, passou-se, então, a discutir, no interior dos Conselhos Superiores, a necessidade de se regulamentar essas ações, a fim de que a Universidade pudesse exercer o controle sobre as mesmas e, ao mesmo tempo, canalizar parte dos recursos advindos dessas cobranças para investimento na própria instituição.

A administração superior, da UFPA (gestão 1997-2001), encaminhou, ao Conselho Superior de Administração (CONSAD), uma proposta de resolução, nesse sentido; mas, diante das divergências existentes entre conselheiros que não aceitavam a inclusão dos cursos de pós-graduação *lato sensu* como prestação de serviços, e sim como atividades de ensino, a Resolução nº 1.115, aprovada em 19 de dezembro de 2000, não incluiu esses cursos em tal modalidade. De acordo com essa Resolução, apenas as atividades de extensão foram caracterizadas como prestação de serviços, conforme estabelece o art 2º:

Art. 2º - Caracteriza-se como prestação de serviços as atividades de extensão consubstanciadas pela transferência à comunidade de conhecimento gerado e reproduzido na instituição, podendo envolver serviços, produtos, processos e patentes, cursos, consultorias e outras ações assemelhadas, mediante a contraprestação ou não de terceiros, quer pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada. (UFPA, Resolução CONSAD nº 1.115/2000).

Essa posição, no entanto, não foi mantida por muito tempo. As pressões internas, para que os Cursos de Especialização fossem incluídos na prestação de serviços, continuaram, e a nova administração (2001-2005) não só apoiou como também defendeu a reformulação da Resolução que, na sua ótica, não atendia aos interesses da comunidade acadêmica, em vários aspectos. A Resolução nº 1.115 foi então substituída por outra, de nº 1.132, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre atividades de prestação de serviços, na UFPA, e dá outras providências.

A necessidade de se estabelecerem regras, para que a Universidade pudesse ter o controle dos serviços prestados, foi utilizada pela administração para defender a regulamentação dessas atividades, como pode ser observado no trecho da entrevista feita com um dos ex-dirigentes da UFPA:

A prestação de serviços nas universidades, hoje, é uma coisa que todo mundo pratica de montão. Então, a idéia é justamente a gente criar normas para que, de repente, isso aqui não vire um escritório [...] porque tem uma grande tentação, nessa questão da prestação de serviços [...] o pesquisador pode ser remunerado [...] em uma prestação de serviços, em um convênio com a empresa, com a entidade, colocar uma bolsa equivalente ao teu salário, e aí você corre o risco, justamente, de começar a dedicar um tempo excessivo, para ganhar dinheiro, e deixa de lado as tuas atividades acadêmicas. Então, uma das preocupações era justamente botar limites. (SG-3)

Com essa medida legal, a prática já instituída de cobrança pelos serviços prestados ganhou impulso, adquirindo uma nova dinâmica, na medida em que se tornou uma das atividades mais importantes da instituição, passando, portanto, a ser estimulada em todas as unidades acadêmicas.

A prestação de serviços remunerados, regulamentada pela Resolução nº 1.132/2003, é conceituada como:

Art. 2º. Caracteriza-se como prestação de serviços as atividades consubstanciadas pela transferência, à comunidade, de conhecimento gerado e/ou reproduzido na Instituição, podendo envolver serviços, produtos, processos e patentes, cursos, concursos, consultorias, assessorias e outras ações assemelhadas, mediante a contraprestação ou não de terceiros, quer pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada. (UFPA, Resolução CONSAD nº 1.132/2003).

De acordo com essa Resolução, pois, além dos cursos de especialização, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão podem ser consideradas como prestação de serviços. Com isso, a cobrança de taxas para a realização dessas atividades foi regulamentada, com a finalidade de captar recursos externos para a instituição, excluindo-se da cobrança apenas os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (Parágrafo único, do Art.2º).

Foi definida, ainda, a forma de aprovação e acompanhamento dessas atividades, sendo realçado o papel das unidades acadêmicas como o fórum privilegiado, onde os projetos devem ser aprovados e encaminhados ao Conselho Superior competente, apenas para efeito de registro. Estabeleceu limites de carga horária para o desenvolvimento dessas atividades, que não poderão ultrapassar oito horas semanais (Art.3º) e que essas atividades não poderão prejudicar o oferecimento das demais atividades acadêmicas e funcionais dos servidores envolvidos.

Há uma preocupação acentuada na definição da destinação dos recursos captados pela prestação de serviços, sendo estabelecido a seguinte distribuição em percentuais: até 5% (cinco por cento), para a administração superior; até 5% (cinco por cento), para pagamento dos custos operacionais, caso comprovado pela Fundação de apoio; e, um mínimo de 5% (cinco por cento), a ser distribuído entre as unidades gestora e executora (Art.8º). O gerenciamento dos recursos ficará sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e pela unidade gestora e executora.

A Resolução prevê, ainda, a prestação de contas dos recursos, ao CONSAD, bem como o relatório das atividades desenvolvidas e o balanço financeiro da prestação de serviços, ao final de cada exercício fiscal (Art.9º), ficando sob a responsabilidade da PROAD a apresentação do relatório anual, nos seus aspectos acadêmico e administrativo, para conhecimento da comunidade universitária e apreciação dos conselhos superiores competentes (Art.10).

É importante ressaltar que, apesar do que estabelece a Resolução, a maior parte dos recursos arrecadados pelos serviços prestados, especialmente por meio dos cursos de especialização, auto-financiados ou conveniados, não está incluída nos relatórios financeiros da Universidade. Soma-se a isso a contradição evidenciada no confronto feito entre os dados disponíveis, no Departamento de Pós-Graduação, e os apresentados no Relatório da FADESP (Cf. Cap. 4, seção 4.3.3), ficando explícita a falta de controle da administração superior em relação ao montante de recursos arrecadados, bem como a utilização destes pelas unidades acadêmicas responsáveis pelo gerenciamento dos mesmos.

Considerando as variáveis definidas, neste estudo, para identificar a privatização do público (*fornecimento/financiamento/finalidade*), observa-se que a cobrança dos cursos de especialização, na UFPA, configura-se num caso típico de **privatização do financiamento e da finalidade** (fornecimento público com financiamento privado e finalidade privada).

Essa busca de fontes externas (mercado) para o custeio das atividades da universidade faz parte da política educacional implementada no país, nos últimos anos. Tal política se fundamenta na redução dos gastos com pessoal, por meio do congelamento salarial e da não contratação de novos servidores para preenchimento das vagas existentes, e no corte de verbas para manutenção e investimento das IFES que, com isso, vivem uma grave crise financeira.

Outra atividade importante, realizada pela Universidade - a pesquisa - foi incorporada à prestação de serviços remunerados. Para tanto, têm sido firmados convênios e contratos, com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grandes quantias, destinadas, em sua maioria, a dar condições de infra-estrutura necessária à realização dos serviços (construção de laboratórios e aquisição de equipamentos são os mais comuns) e para pagamento de pessoal. Como afirma um dirigente da Universidade:

[...] em termos de prestação de serviços pela pesquisa, em particular, há grandes empresas, há empresas estatais e algumas empresas particulares, privadas, grandes empresas privadas, médias empresas privadas e assim por diante. Ela [universidade] está sendo tensionada e pressionada, cada vez mais, para poder responder [a] essas demandas, porque você não tem capacidade científica instalada na região, a não ser dentro da universidade e ela está sendo pressionada. Há muitos interesses para que a universidade participe de projetos de pesquisa e desenvolva soluções tecnológicas para os problemas que se colocam nos vários processos de transformação produtiva, de expansão de mercado. (SG-04)

Os interesses do mercado, em relação à prestação de serviços da UFPA, especialmente na áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo, se dão, principalmente, porque: a) a UFPA está localizada na região que detém a maior reserva mundial de biodiversidade, além de volumosos recursos minerais, vegetais e outros, o que desperta o interesse de grupos empresariais, locais, nacionais e estrangeiros; b) é a maior universidade da região, possuindo um significativo quadro qualificado de pesquisadores; c) é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a Universidade, por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infra-estrutura já instalada, o que certamente contribuirá para aumentar seu lucro.

A seguir, faremos a análise de alguns contratos e convênios, firmados pela UFPA com duas empresas privadas e uma pública-estatal, para o desenvolvimento de pesquisas.

5.3.2 – Os Convênios/contratos de prestação de serviços

Antes de desdobrar a apresentação e análise desta seção e, inclusive, para subsidiar o seu pleno entendimento, faz-se necessário - num passo claramente propedêutico -, uma explicação acerca da coleta dos dados que serão expostos.

Liminarmente, é mister esclarecer que entendemos que a observância do rigor acadêmico, por vezes, obriga o pesquisador a sacrificar a forma da apresentação de seu estudo. Entretanto, essa mesma observância não nos deve levar ao sacrifício de determinados conteúdos.

Isso posto, mesmo a um observador mais desavisado não escapa que o objeto deste estudo – o processo de privatização das universidades públicas - implica a investigação e a explicitação de questões que – muitas vezes – não se deseja que sejam publicizadas.

Uma dessas questões é, justamente, as várias facetas que essa privatização assume, sendo uma delas a realização de convênios/contratos, entre universidades e empresas públicas ou privadas.

Este é um terreno absolutamente pantanoso, notadamente, pela conjugação de interesses (raramente explícitos) e a burla de legislações que restringem, impedem ou inviabilizam a consecução desses contratos/convênios.

Ora, essa modalidade de privatização já se imiscuiu de tal forma nas universidades que, para além de natural, ela já se tornou *banal*. Com isso, queremos dizer que já faz parte da cultura universitária, daquilo que é chamado de “senso comum”. E, no nosso entendimento, quando uma questão de tal gravidade entra no movimento do “senso comum”, perde-se o movimento do real. A função de uma Tese é, portanto, também, recolocar-lhe concretude e imprimir-lhe visibilidade.

Assim, nos casos abaixo elencados – que serão utilizados como sustentáculos de nossa premissa – as denúncias feitas, na grande imprensa, em artigos de autores renomados e, principalmente, nos depoimentos dos pesquisadores, dirigentes e ex-dirigentes da UFPA serão nosso maior patrimônio.

Obviamente, isso não nos retirou a responsabilidade de buscar fontes primárias, que corroborassem os achados iniciais. Algumas foram possíveis (Cf. ANEXOS B, C, D, E e F); outras, precisamente devido ao pântano que as cerca, não foram conseguidas. Mas,

justamente, devido ao compromisso com o rigor e a coerência do estudo em tela, julgamo-nos na obrigação de expô-los.

Assim, a seguir, destacamos os contratos/convênios firmados entre a UFPA e as duas empresas privadas – Extracta e Ericsson – e a Empresa Estatal Eletronorte.

5.3.2.1 – EXTRACTA - Moléculas Naturais Limitada

A Extracta é uma empresa nacional, incubada no Pólo Bio-Rio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e possui três unidades: uma parte administrativa, um laboratório de química e um laboratório de biologia. A maior parte das ações da Extracta pertencem a um grupo estrangeiro, a Xenova Discovery, que atua na área de biodiversidade. É presidida pelo Dr. Antonio Paes de Carvalho, professor da UFRJ, presidente da Fundação Bio-Rio, à época de sua criação, sendo, também, um dos acionistas da empresa que, após a venda de ações para cientistas ligados, majoritariamente, à UFRJ e outras instituições, tornou-se uma empresa de sociedade anônima (Leher, 2001).

A Extracta firmou um contrato com a Glaxo Wellcome (1999), multinacional britânica que atua na indústria farmacêutica, para a coleta e identificação de trinta (30) mil amostras de espécimes de plantas, com a finalidade de identificar futuros alvos biológicos de interesse comercial de vegetais, com vistas ao desenvolvimento e comercialização de moléculas naturais de importância para o desenvolvimento de novos medicamentos e de novas aplicações agroquímicas⁸³.

Esse contrato de bioprospecção, estabelecido entre a Extracta e a Glaxo, foi orçado em US\$3,2 milhões de dólares, por um prazo de trinta (30) meses, e não teve a participação e fiscalização do governo brasileiro. Diante da polêmica gerada, após divulgação desse acordo

⁸³ A esse respeito ver: www.extracta.com.br/3mdeal.htm e www.extracta.com.br/acordo.htm. Acesso em 14/05/2004.

pela imprensa, o governo editou a Medida Provisória nº 2.186- 16 de 23/08/2001 para regular as pesquisas com recursos genéticos para o desenvolvimento de patentes a partir de bactérias, fungos, plantas e animais brasileiros (Leher, 2001)⁸⁴.

O interesse da Extracta em firmar um contrato de prestação de serviços com a UFPA deu-se pela exigência de uma das cláusulas, do acordo firmado com a Glaxo, a qual estabelecia que 1.200 amostras deveriam ser de plantas da Amazônia, como esclarece um dos coordenadores do projeto.

O Dr. Antonio Paes de Carvalho, que é hoje o presidente da Extracta [...] já havia contatado o Cristóvão [reitor da UFPA, de 1997 a 2001], de a gente fechar algum tipo de colaboração entre a UFPA e, na época, era chamada de Xenova Discovery. A empresa, e na realidade, na época, não era uma empresa nacional, era uma *joint venture* inglesa. A Extracta, sim, é nacional; a Xenova, que deu origem à Extracta, era internacional. Tanto, que foi quase que uma obrigação tornar a Extracta uma empresa brasileira, para desvincular desse aspecto de empresa internacional, senão jamais teria acesso à Universidade [...] no contrato da Glaxo com a Extracta, tinha uma cláusula que eles tinham que ter parte da coleção vinda da Amazônia. Por que? Porque tem o selo “quem”. Se tu disseses que tu botaste um cheiro do não sei o quê, que veio da floresta tropical, e que eles estão ajudando uma comunidade na ilha do Mosqueiro, aí eles vão vender aquele medicamento de 10, por 100. Então, tem um interesse. Eu volto a te dizer: nós somos a marca e é nisso que eu estou montado. (SP-03)

É importante observar que o contrato de prestação de serviços, com a UFPA, foi realizado, por meio da articulação do reitor dessa Universidade (1997-2001) com o presidente da Extracta e pesquisadores da UFPA, sem que nenhuma discussão fosse realizada, no Departamento de Química, ao qual os coordenadores estão vinculados, ou mesmo nos colegiados superiores da UFPA, conforme depoimento abaixo:

A responsabilidade por esse projeto não é nem da pós-graduação, nem do Departamento de Química e também não é do Centro de Exatas e Naturais. É

⁸⁴ Em 2004, o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, concedeu autorização especial (Deliberação nº 62, de 22/06/2004) para a Extracta acessar o patrimônio genético do país, com vistas a desenvolver atividades com potencial econômico. A esse respeito, ver ANEXO D.

um convênio que foi firmado diretamente com a reitoria, ou seja, com a reitoria e tendo professores pesquisadores interessados no desenvolvimento deles. (SP-02)

Foram firmados contratos de prestação de serviços, entre a Extracta e a UFPA (ANEXO B) e convênio, entre a FADESP e a Fundação Bio-Rio (ANEXO C). O Contrato de Prestação de Serviços Especializados firmado, em novembro de 1999, entre a empresa Extracta e a UFPA, teve como objeto “a produção de compostos primários a partir de material botânico (plantas ou partes de plantas) pela UFPA, visando a execução de testes biológicos a serem realizados pela Extracta, buscando alvos biologicamente ativos, ou com potencial de atividade, para a possível produção de medicamentos e/ou similares.” (Cláusula 1ª). Como contrapartida, a Extracta se responsabilizaria pela construção, instalação e operação de uma Central de preparação de compostos primários.

A FADESP foi subcontratada pela UFPA, para gerir financeiramente o contrato, mediante o pagamento de contraprestação, no valor de 5% (cinco por cento) sobre todos os recursos que viessem a ser administrados pela Fundação, ficando dispensada de licitação, conforme estabelecem as Leis nº 8.666/93 e nº 8.958/94.

Nos termos do convênio firmado entre a FADESP e a Fundação Bio-Rio, com vistas a regular as ações de cooperação técnico-científica entre as convenentes e as entidades associadas, foram definidos o valor inicial, equivalente a US\$500.000,00 (quinhentos mil dólares), e o tempo de duração do contrato, de sessenta (60) meses, ou seja, com previsão para encerrar em 2004.

É evidente a preocupação com a questão da propriedade intelectual, tanto nas entrevistas realizadas com os coordenadores do projeto quanto no convênio firmado entre a Fundação Bio-Rio e a FADESP, no qual se estabelece, na Cláusula 4ª (ANEXO C), que ficará resguardado o direito de propriedade intelectual, em conformidade com a legislação em vigor.

A mesma garantia está expressa, no contrato firmado entre a Extracta e a UFPA, que na sub-cláusula primeira, da cláusula quinta, confere à segunda

[...] o direito à co-titularidade das patentes que vierem a ser requeridas e concedidas pelo Sistema de Propriedade Industrial no Brasil e no Exterior, bem como a participação nos resultados financeiros obtidos com a exploração de direitos de propriedade industrial/intelectual relacionados com os compostos primários, participação essa a ser acordada caso a caso e em função de projetos técnico-científicos que venham a ser contratados entre as partes, os quais conterão sempre regras explícitas de participação na exploração desse tipo de propriedade, observando-se o disposto na Lei 9.279, de 14/05/96 (ANEXO B).

O contrato firmado estabelece, ainda, que será assegurada à UFPA “um percentual mínimo de 15% (quinze por cento) no retorno financeiro sobre a Propriedade Industrial pago à Extracta pelos seus licenciados”. (ANEXO B)

Observamos, também, um cuidado especial, dos coordenadores entrevistados, em garantir essa questão, como se constata no trecho da fala de uma advogada, que foi convidada, por um dos pesquisadores, a acompanhar a entrevista:

Nós obedecemos todas as normas ambientais e esses futuros alvos, que serão identificados pela Extracta, serão de propriedade das empresas envolvidas: Extracta, Universidade e outros que, inclusive quanto aos direitos de propriedades, nós seremos co-titulares nas Patentes: tem uma cláusula, no contrato, que reza bem assim. Não só nós seremos co-titulares, nas patentes, mas também os outros que nós vamos receber pertencem à UFPA. (SE)

Obviamente, é de suma importância que a Universidade se preocupe em garantir a propriedade intelectual, nos contratos e convênios estabelecidos com empresas públicas e privadas. Entretanto, apesar de a UFPA ter conseguido incluir, no contrato estabelecido com a Extracta, seu direito à co-titularidade das possíveis patentes que vierem a ser requeridas, segundo informações prestadas por um diretor da Glaxo à *Folha de São Paulo*, as patentes a serem registradas serão da Extracta, o que permitirá à Glaxo a exclusividade na

comercialização do produto, por 20 anos “em troca de 3,5% de *royalties* de venda para a Extracta.” (*Folha de São Paulo*, 19/06/2000, *apud* Leher, 2001, p.183).

Da análise do material coletado (documentos e entrevistas) sobre essa prestação de serviços estabelecida entre a Extracta e a UFPA, pode-se inferir que essa empresa foi criada como intermediária na exploração da biodiversidade, no país, por indústrias estrangeiras, no caso a Glaxo, que, pela Lei da Biodiversidade, estaria impedida de ter acesso direto à coleta de plantas no país.

À primeira vista, pode parecer que se trata de apenas mais um caso de expropriação de nossa biodiversidade, por empresas estrangeiras e, portanto, desvinculado do fenômeno da privatização, ora em estudo.

No entanto, se observarmos o caminho percorrido pela Glaxo, para ter acesso à nossa flora, a privatização explode cristalinamente: face às restrições para exploração e apropriação de nossos recursos naturais, essas empresas aproveitam-se do sucateamento imposto, pelas políticas governamentais, às universidades, que se locupletam, em troca de recursos para pesquisas. Assim, os interesses particularistas dessas empresas penetram no universo acadêmico, subordinando-o às demandas e necessidades do capital e do mercado, em troca da construção de infra-estrutura para que grupos de pesquisadores possam desenvolver seus estudos, como fica evidente no discurso do pesquisador a seguir: “[...] então, o que a Extracta me fez? Ela me proporcionou, em troca de extratos, uma estrutura em que eu pude fazer projetos, porque o governo, *[dele]* eu não ia nunca conseguir essa estrutura se eu “morresse seco”, pedindo em Brasília”.(SP-02).

Verifica-se, assim, um caso típico de privatização do mundo público para a subjetividade (Arendt, 1991). Como consequência, diluem-se as fronteiras entre o público e o privado, com a crescente interpenetração da esfera privada sobre a pública.

É este mecanismo que, em síntese, permite a disseminação gradual do que denominamos de *nova cultura*.

Considerando o critério definido, no início deste estudo, para caracterizar o processo de privatização da universidade pública, podemos afirmar que esse tipo de contrato de prestação de serviços configura uma situação concreta de *privatização do financiamento e da finalidade* (Extracta/Glaxo), com o fornecimento público (no caso, a UFPA).

5.3.2.2 - ELETRONORTE

A Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A, é uma empresa subsidiária da Eletrobrás e concessionária de serviços públicos de energia. A Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações nas bolsas, tendo o governo federal 52,45% das ações, o que lhe dá controle acionário, e tem como missão atender ao mercado de energia elétrica, integrando-se ao desenvolvimento de sua área de atuação.

A área de atuação da Eletronorte, caracterizada pela Amazônia Legal, representa 58% do território nacional, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A Eletronorte firmou oito contratos diretamente com a UFPA, no ano de 2002, sem a interveniência da FADESP, para a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (ANEXO E). Todos os contratos serão executados, na UFPA, pelo departamento de

Engenharia Elétrica, por um prazo de doze meses. De acordo com os contratos, caberá à UFPA o fornecimento da infra-estrutura e dos recursos humanos necessários à realização dos projetos discriminados, no quadro abaixo:

QUADRO 3
Relação dos Contratos firmados entre a UFPA e a Eletronorte,
segundo objeto e valores.

OBJETO	VALOR (R\$1,00)
Estudo da poluição por elementos tóxicos em matrizes biológicas	174.000,00
Desenvolvimento do protótipo de um instrumento virtual para análise on-line de perturbações harmônicas em sistemas de potências	189.160,00
Controle coordenado das unidades térmicas e hidráulicas do sistema de geração do Amapá	441.244,00
Implementação de estabilizadores de sistema de potência em sistemas de excitação de geradores síncronos da Usina de Tucuruí, usando técnicas adaptativas.	361.380,00
Predição de falha em cadeias de isoladores de linhas de transmissão	180.160,00
Desenvolvimento de sistema especialista para auxílio à manutenção preditiva em compensadores síncronos	233.700,00
Pesquisa, desenvolvimento e implantação de metodologias e sistemas para medição padrão de grandezas elétricas, no Laboratório Central da Eletronorte.	629.200,00
Alternativa energética renovável para a Amazônia a partir do craqueamento e transesterificação dos óleos de dendê, maracujá e soja.	170.824,00
TOTAL	2.379.668,00

Evidencia-se um processo de terceirização dos serviços da UFPA, no caso, a pesquisa, por uma empresa estatal. A Eletronorte contratou a UFPA para realização de pesquisas de seu interesse, ao invés de ela própria realizá-las, o que implicaria a contratação de pessoal e a criação da infra-estrutura necessária (laboratórios e equipamentos) e, portanto, o dispêndio de um montante de recursos mais elevado.

Dois aspectos desses contratos nos chamaram a atenção: a) todo e qualquer material adquirido pela UFPA, para o desenvolvimento do projeto, será de propriedade da Eletronorte, que fará uso do mesmo após o encerramento do contrato (Cláusula 8, alínea e) e; b) os resultados líquidos financeiros serão da Eletronorte, que reservará para si os direitos autorais e de propriedade intelectual (Cláusulas 21 e 27 – ANEXO F).

Diante disso, questiona-se: Qual o benefício que a UFPA terá, com a execução desses contratos? Somente a possibilidade do docente-pesquisador obter, por um curto espaço de tempo (doze meses), condições para desenvolver uma pesquisa. Isto, porque a UFPA não poderá usufruir do material adquirido com os recursos oriundos desses contratos, para a realização de outras pesquisas de interesse da instituição. Não terá, também, qualquer controle sobre a utilização do conhecimento produzido nem poderá disseminá-lo, o que é uma de suas funções precípua. Além disso, a UFPA não poderá se utilizar dos direitos autorais e de propriedade intelectual a que faria jus, caso a pesquisa fosse definida e financiada pela própria instituição.

Conclui-se, portanto, que esses contratos de prestação de serviços, firmados com a Eletronorte, podem ser considerados como uma das feições que, com grande clareza, a privatização assume, no interior das universidades públicas. Apesar de os serviços serem executados por uma instituição pública (UFPA) e o financiamento ser de uma empresa estatal (Eletronorte), o conhecimento produzido será apropriado pela empresa. Dessa forma, fica evidente, a *privatização do beneficiário*, pois somente a Eletronorte, privativamente, poderá fazer uso dos resultados advindos das pesquisas. Além do que, é evidente a interferência da empresa estatal na agenda de pesquisa da UFPA, definindo, de acordo com seus interesses, o que deve ser pesquisado pela instituição, a qual, por sua vez, se submete a essa situação, por

motivos prioritariamente econômicos, perdendo sua autonomia. É o econômico sobrepondo-se aos interesses institucionais.

5.3.2.3 – ERICSSON

Trata-se de um convênio firmado, em janeiro de 2002, entre a Ericsson Telecomunicações e a UFPA, com a interveniência da FADESP (ANEXO F), para a execução de pesquisa para o “desenvolvimento de modelos, algoritmos e programas computacionais, para o estudo do canal de propagação de sistemas móveis operando em ambientes urbanos e suburbanos, característicos da região amazônica”. (Cláusula 1ª, do Termo Aditivo – ANEXO F).

O projeto deveria ser executado em dois anos, sob a responsabilidade da UFPA. Dentre outras obrigações, definidas no Termo Aditivo do convênio, constam: disponibilizar suas instalações, laboratórios e unidades de serviços, bem como os respectivos recursos materiais, em quantidade e qualidade, necessários à execução do projeto; manter pessoal docente, de pesquisa e técnicos e todas as obrigações trabalhistas; responsabilizar-se por todo o material, equipamento e documentação técnica, utilizando-o, exclusivamente, para a pesquisa, sendo **vedado** o uso para outros fins. (Cláusula 4ª - ANEXO F). [grifo nosso].

A Ericsson disponibilizaria, para a execução do projeto, o valor de R\$ 529.100,00 (quinhentos e vinte e nove mil e cem reais), exigindo que os resultados obtidos fossem de **sua propriedade exclusiva**, o que implica que a UFPA deveria obter, por escrito, de todo o pessoal técnico envolvido no projeto, a cessão de quaisquer direitos de registro de privilégios de invenção, modelos de utilidade, modelos industriais, desenhos industriais e registros de *software* comercialmente viáveis e patenteáveis. A Ericsson compromete-se a pagar, à UFPA, por cada invenção, a importância *irrisória* de R\$5.000,00 (cinco mil reais), podendo a

Universidade repassar, a seu critério, ao inventor, a título de premiação. (Cláusula 8ª, do Termo Aditivo – ANEXO F).

Os resultados da execução desse projeto seriam de propriedade exclusiva da Ericsson, que poderia industrializá-los e/ou comercializá-los, de forma livre, sem qualquer direito à participação da UFPA ou de qualquer servidor dessa instituição. Além disso, quaisquer informações técnico-científicas passíveis de publicação devem ser autorizadas, por escrito, pela Ericsson. (Cláusula 8ª do Convênio – ANEXO F).

Ao analisarmos os termos desse contrato, estabelecido entre a Ericsson e a UFPA, a ser executado pelo Departamento de Engenharia Elétrica, fica evidente a perda do caráter público da Universidade, na medida em que ela, até para divulgar o conhecimento que está produzindo, tem que ser autorizada pela empresa privada contratante. De fato, a Universidade, em troca da prestação de serviços remunerados, vem se submetendo à lógica capitalista e produzindo conhecimento para ser apropriado pela empresa, que gerará lucros cada vez maiores. Acrescente-se a isso a aceitação dos docentes, que se submetem às determinações da empresa e, de forma deliberada, privatizam o saber, em detrimento de benefícios para a população, que, de fato, sustenta essa instituição. Como se pode constatar no seguinte depoimento de um pesquisador:

[...] eu vejo uma relação de parceria. Se ela pagou, essa informação é estratégica. A Ericsson, realmente não, aquela informação, para ela é estratégica, aquela informação pode render o projeto da melhor antena que vai render um lucro para ela. Ela vê lucro. A empresa realmente vê lucro. Agora, **eu também vejo lucro. O lucro é, hoje, o meu laboratório está mais equipado, o lucro é eu ter, hoje, o único laboratório do Brasil** que trabalha com eletromagnetismo aplicado com computação paralela. Você não vê isso em nenhuma universidade brasileira, posso dizer com muito orgulho. Por que? Porque, dentro da nossa dificuldade, a gente consegue trabalhar com pesquisadores das três áreas, ou seja, o pessoal de energia elétrica quer fazer controle de qualidade de energia, sabe que tem que ter um problema de transmissão de dados, quem resolve é a telecomunicações, e que isso aqui envolve também a base, transmissão, *web*, que quem resolve

isso é a computação. Então, vários dos nossos projetos envolvem esse aspecto. Então, um projeto vai fomentando o outro. Depois que o grupo percebeu isso, que hoje nós criamos o Núcleo de Energia Sistemica.(SP-04) [grifos nossos].

O discurso acima expõe, claramente, a apropriação privada do espaço público, por parte do pesquisador. Ao afirmar que “[...] eu também vejo lucro. O lucro é, hoje o meu laboratório está mais equipado, o lucro é eu ter, hoje, o único laboratório do Brasil [...]” o pesquisador demonstra um sentimento de posse, de incapacidade em transcender a vida pessoal, enxergando apenas seu próprio ponto de vista individual. Por outro lado, manifesta-se uma *naturalização* do processo de privatização, na medida em que há uma *aceitação passiva* de que é correta e, portanto, *natural*, a obtenção de lucro da empresa sobre o trabalho desenvolvido pela universidade, uma vez que ela financia tal atividade. Ou seja, a necessidade econômica (financiamento da pesquisa), ao invadir a esfera pública, transfere uma atividade essencialmente pública para a esfera dos negócios. Percebe-se, ainda, alteração na organização da instituição, que passa a funcionar de acordo com os interesses externos, como evidencia o relato do entrevistado, ao assumir que um grupo foi criado a partir desses interesses – o Núcleo de Energia Sistemica.

Essa é uma situação extremamente grave, pois a defesa individual por melhores condições de trabalho é utilizada para justificar a eliminação de direitos de toda a coletividade. A universidade de que trata este estudo é uma instituição pública e, como tal, tem deveres para com o público que a mantém. No interior dessa instituição, a racionalidade capitalista passou a dominar corações e mentes e, com isso, observa-se uma exaltação da individualidade aliada ao processo de destruição da esfera pública. Outro dirigente da UFPA manifesta-se, de forma eufórica, sobre o contrato com a Ericsson:

[...] aliás, um projeto **fantástico** que a Ericsson está financiando, que é na área da telefonia celular. Nós temos, aqui na Amazônia, uma situação única no planeta - é o número de acidentes naturais. Árvores, muitas árvores, uma

umidade muito alta. Então, os equipamentos de telefonia celular, que no mundo inteiro funcionam totalmente bem, aqui eles encontram problemas no funcionamento e esse projeto é justamente desenvolvendo uma técnica, um equipamento, uma metodologia, uma concepção de uso da telefonia celular específico para essa região. (SG-05).[grifos nossos]

Este contrato é extremamente vantajoso para a Ericsson, pois o volume de recursos aplicados, na Universidade, para o desenvolvimento da pesquisa, é incipiente, diante do lucro exorbitante que irá obter com a apropriação do resultado. Com isso, o conhecimento a ser gerado pela instituição pública, ao ser expropriado de forma privativa pela empresa, converte o espaço público em espaço privado. Obviamente, a utilização desse conhecimento não ficará restrita à Região Amazônica; será devidamente “exportado” para todo e qualquer lugar do mundo, onde se encontrem condições similares de transmissão.

O exame desse contrato, firmado entre a UFPA e a Ericsson, evidencia um caso típico de “privatização do público”. Considerando os critérios definidos, neste trabalho, para identificar o tipo de privatização da universidade (*fornecimento/financiamento/finalidade*) podemos afirmar que, nesse caso, trata-se da ***privatização do financiamento e do beneficiário***.

O econômico passou a ser o centro das atividades da Universidade. A empresa tem interesses essencialmente comerciais voltados para a rentabilidade, o lucro. A Universidade por sua vez, sujeita-se aos interesses da empresa, submetendo os interesses da coletividade a interesses privados, seja da empresa ou de grupos de pesquisadores. Assim, “o economicismo consiste em conceber o produto universitário como um produto industrial, ainda que de tipo especial e, conseqüentemente em conceber a universidade como uma organização empresarial” (Santos, *Op. cit*, p. 217). Como conseqüência, além do processo de privatização do público, a Universidade perde sua autonomia científica, subordinando-se às determinações, à lógica e aos interesses empresariais.

A análise dos contratos/convênios de prestação de serviços, estabelecidos entre a UFPA e as duas empresas privadas e a estatal-pública, destacados neste estudo, mesmo que tenham objetivos diversos, no seu conjunto, configuram exemplos concretos em que o conhecimento transforma-se em mercadoria. A inovação tecnológica tornou-se a principal finalidade da ciência, estabelecendo seus objetivos e orientando suas atividades. A instituição universitária, por sua vez, de produtora do conhecimento metamorfoseia-se em uma organização social, abandonando a formação e a pesquisa para lançar-se no mercado competitivo, subordinando sua produção acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado impostas pelos financiadores. A agenda de pesquisa da universidade é cada vez mais definida por setores externos, estatais ou privados, em qualquer caso, do mercado, com seus interesses e sua lógica. Como consequência desse processo, a universidade pública “corre o risco de se deixar descaracterizar ao ponto de a ligação universidade-indústria se transformar numa ligação indústria-indústria” (Santos, *Op. cit.*, p.218).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo central de analisar as feições da privatização do público no interior das universidades públicas, no período de 1995 a 2002, tomando como referência o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA). A intenção foi a de buscar examinar e explicitar como o processo de privatização vem sendo naturalizado no interior da universidade, promovendo alterações substantivas na organização da instituição.

Adotamos como ponto de partida a premissa de que a crise conjuntural que afeta a educação pública superior está interligada ao movimento de reforma do Estado implementada pelo governo brasileiro como parte da estratégia mundial de enfrentamento da crise de acumulação do capital, orientado por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A centralidade dessa reforma consiste na redefinição do papel do Estado. Reafirma-se, por um lado, o valor do Estado democrático como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos e, ao mesmo tempo, ele é desmantelado em função do reforço darwiniano do mercado, procurando, desse modo, a manutenção dos lucros. Esta crise, portanto, se manifesta de forma tensionada, notadamente devido à supressão dos vários direitos de cidadania que a saída do Estado da esfera da garantia da distribuição de bens públicos engendra.

A implementação das políticas neoliberais na América Latina foi gestada no “Consenso de Washington” que definiu uma série de medidas de ajuste estrutural a serem adotadas, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. Como consequência, começou a ocorrer nos países latino-americanos uma série de reformas, estimuladas pelo Banco Mundial

para “criar e garantir um mercado” pois era necessária que a produção e serviços fossem convertidas em atividades economicamente rentáveis.

Com a crise fiscal do Estado, a vertente ortodoxa neoliberal passou a dominar o pensamento econômico. De acordo com essa concepção, a responsabilidade pela crise é do próprio Estado que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, enquanto o setor privado tem demonstrado eficiência e qualidade. Desse modo, justificou-se a necessidade de reduzir o “inchaço” do Estado, eliminando os direitos sociais e trabalhistas conquistados arduamente. Os mercados livres e a globalização tornaram-se as grandes referências do mundo contemporâneo. O econômico passou a dominar o social com a exaltação da individualidade associada ao processo de destruição da esfera pública, enquanto o mercado global passou a ser louvado.

Como já explicitado⁸⁵, trata-se de um movimento global de rearranjo do capitalismo, pois as tensões das economias em dificuldades estão minando os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, assim como já minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. As próprias unidades básicas da política, os “Estados-nação” territoriais, soberanos e independentes, vêm-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional. O Estado, entendido em seu arcabouço institucional-representativo, presencia uma crise de legitimidade, o que contribui para a sua progressiva falência.

Depreende-se, pois, que a reverberação deste quadro no Brasil se expressa com peculiaridades que não podem ser ignoradas. Isto porque, num país como o nosso, que vivenciou um desenvolvimento capitalista atípico (fruto de uma experiência industrializante tardia) e no qual o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a

⁸⁵ A crise internacional do capital e a ascensão do neoliberalismo é tema sobejamente estudado na atualidade, fugindo inteiramente ao escopo deste estudo, motivo pelo qual não nos delongaremos nele.

sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados; não é de surpreender o traço de permanente inserção subalterna face aos países cêntricos. Tem-se, desta forma, um Estado que historicamente serviu de instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de instrumentos portadores de vontades coletivas e de projetos societários alternativos.

Desta forma, malgrado as lutas populares, que conseguiram galgar patamares de aquisição de direitos civis, políticos e sociais, a nova ordem capitalista – manifesta no modelo neoliberal – vem paulatinamente impondo um retrocesso – notadamente nestes últimos – que explodem de forma exponencialmente grave entre nós. Isto porque, em seu conjunto, o projeto neoliberal faz com que noções, tais como equidade, cidadania, direitos e justiça social recuem no espaço de discussão política e cedam lugar às noções de produtividade e eficiência, agora colocadas como condição sine qua non para o acesso a uma suposta modernidade, dando a entender que, qualquer discurso que tente ir na direção contrária, é retrógrado e conservador.

Assim, perde-se a figura do Estado como o responsável pela promoção da esfera pública (voltado para os interesses coletivos), assumindo-se o mercado – locus da esfera privada – como o reinado da eficiência, da integridade e da modernidade.

Perde-se principalmente de vista que a mercantilização das relações confiadas ao automatismo regulador do mercado anula todo o controle sobre o meio vital com que desenhamos e desenvolvemos nossas estratégias de vida. O acesso aos bens e serviços é só a consequência da maximização das redes de consumo para aqueles dispostos a pagar por estes bens e serviços, mas, em nenhum caso, se responde à demanda coletiva por uma redistribuição social dos recursos disponíveis; a integração a estes processos é meramente

virtual porque o único processo societal que pretende integrar globalmente é invisível, imprevisível e atomizado: o mercado.

No decorrer do estudo buscamos subsídios teóricos que nos possibilitassem compreender o significado dos termos público e privado em suas relações com o Estado e a sociedade civil para que, de posse das diferentes abordagens filosófico-científicas, pudéssemos refletir sobre o processo de mutação dessas esferas na contemporaneidade.

Compreendemos que os conceitos de público e privado são distintos e antagônicos: um ente não pode ser simultaneamente público e privado. O Estado foi criado para atender aos interesses do público (sociedade) sendo, portanto, derivado do público e a ele se submete (Locke). Dessa forma, uma instituição estatal deve ser necessariamente pública. Logo, o argumento presente na Reforma do Estado brasileiro idealizada por Bresser Pereira, que incluía a transformação das universidades públicas em Organizações Sociais, que seriam instituições públicas não-estatais, não se sustenta. Sendo o Estado um ente público constituído sobre a supressão do Estado da natureza, o seu oposto, ou seja, o não estatal ou não público é, de fato, privado.

Vimos que na sociedade contemporânea a esfera privada tem se alargado em detrimento da esfera pública, reduzindo o Estado em termos mínimos⁸⁶ e, como consequência o interesse individual, do privado, tem determinado o interesse da coletividade, processo esse caracterizado de “privatização do público” (Bobbio). Com a “privatização do público” os aparatos públicos passaram a ser utilizados por grupos organizados no interior das universidades públicas para atingir interesses privados/ particulares.

⁸⁶ Com isto não desejamos reforçar a falsa idéia veiculada de que o neoliberalismo pressupõe um “Estado Mínimo”. Nada mais longa da realidade: o Estado só deve se tornar mínimo para os direitos da classe trabalhadora; máximo para o capital. O neoliberalismo requer um Estado forte, que controle com “mão de ferro” toda e qualquer demanda que possa vir a se expressar por meio das classes populares e seus instrumentos de representação. A este respeito ver Anderson (1995).

Com a dissolução do espaço público, o homem tornou-se incapaz de transcender o individualismo particularista, o que significa, para Arendt, a privatização do mundo público para a subjetividade. Ou seja, critérios que eram próprios da esfera privada invadiram o espaço público, desfigurando as atividades que lhe são próprias. Como consequência, disseminou-se na sociedade uma aversão à esfera pública, predominando um discurso hegemônico sobre uma nova era de prosperidade por meio de políticas de “abrir, privatizar e estabilizar”. A identidade coletiva perdeu seu sentido, cedendo espaço ao individualismo extremo, que passou a ser considerado como o único caminho para o sucesso e para a liberdade. Ou seja, passou-se a defender a idéia de que a liberdade somente é possível por meio da esfera privada, resultando também na progressiva privatização da cidadania.

Mediante a análise do movimento do capitalismo e de suas crises, foi possível compreender as reformas ocorridas a partir da década de 90, quando há uma viragem social, política e econômica, pois a rendição brasileira ao neoliberalismo rompeu abruptamente com o modelo de desenvolvimento que havia antes, atingindo mortalmente as políticas públicas. No campo das políticas educacionais, especialmente nos efeitos na reconfiguração da educação superior, a redefinição das esferas pública e privada foi brutal. Assim, a partir da década de 1990, foram iniciadas uma série de reformas do Estado brasileiro, tendo como centralidade a privatização. O discurso privatista dos governos brasileiros, desde Fernando Collor de Mello, proclama a superioridade do setor privado sobre o setor público. O mercado passou a ser considerado o grande impulsionador do crescimento econômico.

Com o crescimento desmesurado dos serviços da dívida, provocado pela elevação da taxa de juros da dívida externa, aliada a queda nos preços dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos e a desregulamentação financeira, foram impostos programas de ajuste com a finalidade de reduzir o déficit público e garantir o pagamento dos serviços da

dívida. Para tanto, medidas de ajuste estruturais têm sido efetuadas, tais como cortes inadmissíveis no gasto público – especialmente aqueles direcionados às políticas sociais acompanhados pela transferência de recursos públicos para o capital especulativo – redução de salários reais mediante o desemprego estrutural, aumento da dívida pública interna e externalização da dívida pública mediante a venda de papéis no exterior.

De um modo geral, o desmonte das políticas sociais, provocado pelo ajuste fiscal do Estado levou os países da periferia do capitalismo a desenvolver programas sociais de emergência, focalizados, com forte apelo para a “solidariedade” humana. O resultado dessa política tem provocado uma deteriorização nos serviços sociais públicos, especialmente nos setores da educação e da saúde. As sucessivas reformas promovidas no Estado brasileiro visaram intensificar a abertura do mercado para investimentos estrangeiros e a liberalização das importações. Como conseqüência, segmentos inteiros da economia brasileira foram destruídos, agravando o desemprego e o aumento da demanda por serviços públicos. A política de focalização na área educacional se manifestou por meio da priorização dos recursos do fundo público para o atendimento do ensino fundamental, reduzindo os investimentos públicos no ensino superior, que se torna aberto aos investimentos privados, transformando o saber em mercadoria.

Tal concepção tem levado a universidade à adesão de um novo modelo educacional, que privilegia a mercantilização do ensino como o principal mecanismo de superação da crise fiscal do Estado, induzida pelo governo federal, na perspectiva de criar as condições para a privatização. A dinâmica institucional vem sendo alterada para adequar-se à reestruturação da educação superior decorrente da política implementada pelo governo brasileiro para esse nível de ensino. Assim, novas formas e feições de organização do trabalho acadêmico se processam

no interior da universidade, transformando a natureza das relações sociais e adequando-as a uma nova ordem capitalista com vistas à superação da crise que se acentua a cada ano.

As políticas de ajuste neoliberal implementadas no Estado brasileiro ao longo da década de 90 e nos primeiros anos de 2000, promoveram a redefinição das esferas pública e privada nas mais variadas atividades humanas no âmbito do Estado e da sociedade civil. Sob o efeito da estratégia neoliberal, desencadeou-se um processo de ampliação do espaço privado, não apenas nas atividades ligadas ao setor produtivo, mas também no campo dos direitos sociais. Como consequência para o setor educacional, especialmente na educação superior brasileira, ocorreu um intenso processo de privatização em duas direções: a) pela expansão das instituições privadas por meio da liberalização dos serviços educacionais e; b) pelo direcionamento das instituições públicas para a esfera privada com a intermediação das fundações de direito privado e de outros mecanismos, com vistas a abertura dessas instituições para o mercado.

A precária delimitação entre as esferas do público e do privado na relação entre Estado e sociedade civil se desdobrou nas políticas educacionais, desvelando o caráter ideologicamente privado assumido pelo Estado brasileiro ao longo da história da educação superior. Foi, entretanto, no período de 1995 a 2002, por meio da edição de uma série de instrumentos normativos que o governo brasileiro promoveu uma reforma na educação superior, sob a orientação dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial. As bases epistemológicas dessa reforma tinham como pressuposto a reconceituação/ressignificação do público e do privado, com fundamento básico no mercado.

Dessa forma, o Estado foi gradativamente se afastando da manutenção do sistema público de ensino superior, agravando a crise vivida pelas universidades públicas federais. Ao reduzir os aportes financeiros para o custeio dessas instituições, o governo induziu estas

universidades a recorrer aos recursos privados e a adotarem medidas administrativas de cunho privatizante, sob a justificativa de que investir no ensino superior significaria beneficiar a elite econômica, e que os maiores ganhos na economia de um país estariam associados a investimentos nos níveis básicos da educação.

Pressionadas pela crise de hegemonia, de legitimidade e institucional (Santos) e especialmente diante da diminuição dos recursos federais que as mantinham, as IFES passaram a buscar na prestação de serviços no mercado o caminho para gerar receitas, visando a complementação salarial e a manutenção de várias atividades institucionais com vistas a reduzir a situação de penúria produzida pela política governamental.

Verificamos que, assim como nas demais IFES, a política definida pelo governo federal comprimiu o orçamento da UFPA, submetendo-a a uma situação precária para o atendimento de suas necessidades básicas. Dessa feita, a busca por fontes externas para o custeio das atividades da universidade no mercado encontrou ressonância nessa instituição nos últimos anos. Contando com a intermediação da FADESP, a UFPA vem realizando uma série de atividades caracterizadas como prestação de serviços para captação de recursos externos, transformando as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão em fonte de renda para grupos de docentes e técnico-administrativos que aderiram a “racionalidade modernizadora” do capital.

Fica aí escamoteada a realidade de que se retirar a Educação da esfera pública e submetê-la às regras do mercado significa não mais liberdade e menos regulação do Estado, mas precisamente mais controle da vida cotidiana na exata medida em que a transforma num objeto de consumo individual, esvaziando o poder da discussão política e coletiva.

A análise do processo de privatização na UFPA indica uma mudança no âmbito da gestão e do financiamento, em especial a partir do ano de 1997, com vistas a atender às demandas externas e, ao mesmo tempo, sobreviver. Pode-se afirmar que sua configuração histórica, seu perfil no contexto local e no campo científico-universitário encontra-se em fase inicial de construção, tornando-a vulnerável às determinações do governo federal e as demandas do mercado. Além desses fatores, é importante destacar que a posição geográfica estratégica da UFPA, localizada na região amazônica, depositária de grandes recursos naturais e culturais, atrai com grande intensidade grupos empresariais nacionais e estrangeiros que buscam nessa região formas para obtenção lucros cada vez maiores. Destaca-se, ainda, que a UFPA é atualmente, no quadro das IFES, uma universidade marcada pelos seguintes fatores:

- a) crescente oferta de cursos de graduação, apesar da redução constante do número de docentes e técnico-administrativos, impulsionado nos últimos anos pelo estabelecimento de contratos com prefeituras e governo do estado para oferta de cursos de formação de professores, o que ampliou o acesso aos cursos de graduação, mas, também, tem direcionado a identidade da universidade para a formação de profissionais em detrimento da produção científica;
- b) baixa qualidade do ensino de graduação, de acordo com o resultado da avaliação realizada pelo MEC;
- c) número reduzido da oferta de cursos de pós-graduação stricto-sensu, especialmente em nível de doutorado que, a despeito da implantação de cursos desse nível nos últimos anos, está muito aquém das necessidades locais e regionais;
- d) dificuldades em estabelecer políticas institucionais que estimulem os docentes doutores à criação e consolidação de cursos de Doutorado e à ampliação quantitativa e qualitativa da pesquisa, em que pese o crescimento acentuado de mestres e doutores na instituição nos últimos anos;

- e) tem se destacado o crescimento dos cursos pagos de pós-graduação lato-sensu. A cobrança de mensalidades nos cursos de especialização, em algumas unidades, instalou-se naturalmente, especialmente naquelas mais próximas das atividades comerciais. A defesa pela cobrança desses cursos passou a ser justificada como forma de melhorar a infra-estrutura e completar os baixos salários dos docentes;
- f) ampliação constante das atividades de extensão, especialmente na forma de prestação de serviços remunerados;
- g) utilização da Fundação de Apoio – FADESP para agilização da prestação de serviços remunerados com escassez de dados sobre as atividades da fundação e pouca transparência na prestação de contas dos recursos captados;
- h) crescimento do atendimento às múltiplas demandas locais e regionais, sobretudo por meio do estabelecimento de contratos, convênios, projetos e prestação de serviços com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grande quantia de recursos, destinados, na grande maioria, a dar condições de infra-estrutura necessária para a realização dos serviços e para pagamento de pessoal.

O exame feito sobre alguns convênios/contratos estabelecidos entre a UFPA e duas empresas privadas e uma estatal nos leva a concluir que:

- a) de modo geral, os interesses do mercado em relação à prestação de serviços da UFPA, especialmente nas áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo se dão, principalmente, por dois fatores: 1) é a maior universidade da região, possuindo um significativo quadro qualificado de pesquisadores; 2) é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a universidade por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infra-estrutura já instalada, o que certamente contribuirá para aumentar seu lucro;

b) a universidade pública vem sendo utilizada por determinadas empresas privadas, intermediárias de indústrias farmacêuticas internacionais, para exploração da biodiversidade do país;

c) a preocupação com a questão das patentes por parte dos pesquisadores da UFPA é débil e está subordinada a interesses particularistas, que possibilitem a aquisição de infraestrutura para que grupos de pesquisadores possam desenvolver seus estudos. Dos dez (10) contratos analisados apenas um (1) expressava certas garantias de propriedade intelectual para a instituição;

d) os gestores da UFPA vêm atendendo intencionalmente à política do MEC em aumentar a produtividade do trabalho da universidade em detrimento da qualidade do ensino;

e) as empresas, privadas e/ou estatais, com seus interesses e sua lógica vem definido a agenda universitária, especialmente no âmbito da pesquisa.

Considerando as tipologias definidas para caracterizar o processo de privatização da universidade pública (quem fornece; quem financia; qual a finalidade), identificamos a existência nas UFPA das três modalidades: privatização do financiamento; privatização do beneficiário e privatização do financiamento e do beneficiário.

Esse fenômeno, caracterizado de privatização do público, tem sido efetivado por parte daqueles que nela trabalham. São professores e técnico-administrativos que utilizam a infraestrutura física e a credibilidade da UFPA para executarem convênios e contratos que, muitas vezes, impedem o desempenho de suas atividades acadêmicas regulares.

Essa prática, no interior da universidade, tem contribuído para a formação de uma nova mentalidade, produtivista e pragmática, que passou a ser defendida, especialmente entre os docentes que empreendem dinâmicas próprias de captação de recursos na instituição.

Uma nova cultura ganha força no interior da universidade. Novos hábitos, novas práticas passam a fazer parte do cotidiano dessa instituição. Dentro dessa lógica, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela universidade podem ser caracterizadas como prestação de serviços, e a defesa para que seja estabelecida a cobrança pela realização dessas atividades vem sendo feita de forma natural como se fosse próprio da natureza da instituição.

A proliferação de cursos pagos na UFPA e a transformação de docentes em empresários encobertos pela fachada da FADESP são conseqüência da política do Estado em desobrigar-se da manutenção da educação pública.

O mercado passou a definir a direção e os interesses institucionais subordinando a universidade ao campo empresarial com o apoio irrestrito da Fundação privada. Como conseqüência desse processo: a) o individualismo e a competitividade entre os professores-pesquisadores foi fortalecido; b) a pesquisa passou a ser realizada para atender às demandas do mercado e a universidade vem se eximindo da responsabilidade de definir suas linhas de pesquisa e de corresponder aos anseios sociais; c) a política de atuação institucional passou a ser de cunho privado, com a formação de “grupos de consultoria técnico-científica” e a formulação de projetos em articulação com o setor privado, construídos à revelia das demandas institucionais e atendendo à demanda do mercado empresarial⁸⁷.

⁸⁷ Essa situação será aprofundada após a aprovação da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação Tecnológica) que dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa Lei estabelece os pressupostos de flexibilização das relações entre pesquisadores, instituições de pesquisa e empresas privadas. As condições estabelecidas por essa Lei oferecem atrativos para que o pesquisador abra uma empresa tecnológica, licenciando-se da universidade (por até 3 anos, renováveis por igual período) para dedicar-se à constituição de empresa "com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação"(Art.15).

Em síntese, o estudo realizado sobre o processo de privatização do público nos mostra a seguinte situação:

- A educação deixou de ser considerada como investimento social para ser concebida como um gasto público que precisa ser reduzido para que o Estado cumpra as exigências de ajuste fiscal impostas pela política econômica mundial;
- O conhecimento transformou-se em mercadoria e a ciência numa empresa política e econômica;
- A inovação tecnológica tornou-se a principal finalidade da ciência, estabelecendo seus objetivos e orientando suas atividades. Como consequência, ocorreu o desmonte do aparato científico e tecnológico do Brasil, justamente no momento em que o conhecimento científico e tecnológico passou a se constituir no maior instrumento político de promoção da soberania na atual configuração da divisão internacional do trabalho;
- A instituição universitária, de produtora do conhecimento transformou-se em “prestadora de serviços”, abandonando a formação e a pesquisa para lançar-se no mercado competitivo, subordinando-se às demandas e necessidades do capital e do mercado impostas pelos financiadores.

Essa realidade coloca a Universidade Federal do Pará diante de inúmeros desafios para cumprir um papel estratégico e decisivo que contribua com o desenvolvimento da Região Amazônica e do estado do Pará, numa conjuntura em que a política governamental tem subtraído cada vez mais os instrumentos financeiros necessários para que seja capaz de desenvolver, por meio das funções de ensino, pesquisa e extensão, um projeto acadêmico à altura dos desafios postos pela sociedade amazônica e paraense, com competência científica e técnica. Ressalta-se que é a única Universidade Federal da Região Amazônica que se estrutura

em dez (10) *campi*, espalhados em todas as micro-regiões do estado do Pará, o que favorece o desenvolvimento de ações educativas e científicas em todos os níveis de ensino.

Diante desses fatores, torna-se necessário que essa situação seja alterada, pois a autonomia universitária para a produção do conhecimento é condição essencial para o desenvolvimento de uma nação soberana. A força de trabalho numa universidade pública deve resguardar-se das determinações da produção capitalistas, cujo mercado torna-se o centro das atividades acadêmicas. Para tanto, é fundamental ter-se competência técnica, conhecimento científico e vontade política para fazer frente à ofensiva privatizante que avança sobre a Universidade Pública brasileira. Há que se ter a clareza de que o que se encontra em jogo não é apenas a **reestruturação** neoliberal das esferas pública e privada, mas uma **reelaboração e redefinição** das próprias formas de representação destas esferas. Nesse sentido, é imprescindível que as universidades públicas sejam mantidas pelos fundos públicos para que possam ter plena autonomia na definição de seus projetos de pesquisa, ensino e extensão.

É inegável que os cortes paulatinamente impetrados para as políticas sociais – notadamente a Educação – abalaram fortemente todos os direitos conquistados em termos de garantias sociais, mas também que, em contrapartida, estão propiciando novas formas de gestão e de luta pela manutenção dos direitos fundamentais da população.

A luta pela liberdade acadêmica representa um dos modos de enfrentamento desse processo de privatização, pois permitirá que a universidade exercite seu papel de crítica, de construção do conhecimento novo de forma autônoma, de luta pela expansão da esfera pública e de emancipação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTI, Alda Judit. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ALVIM, Gustavo. *Autonomia universitária e confessionalidade*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1993.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia das universidades públicas federais: situação atual, propostas e perigos. In: DOURADO, L.F., CATANI, A. M. (Orgs.) *Universidade pública, políticas e identidade institucional*. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Ed. da UFG, 1999(a).

_____ Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: TRINDADE, Héliqio. (org.) *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999(b).

_____ *Financiamento da educação superior: Estado x Mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Ed. UNIMEP, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P.; SADER, E. *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BIRD/BANCO MUNDIAL. *La Ensanñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*. (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C: BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Por uma teoria geral da política. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____ *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOTO, Carlota. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 84, Edição Especial, p.735-762, set. 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; SPINK, Peter (Ed.). *Reforma do Estado e administração pública*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um novo Estado para a América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 50, p. 91-98, mar. 1998.

_____ A sagrada missão pública. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4 de junho de 2000, Caderno Mais, p.10-11.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. *O público e o privado e a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1997.

_____ O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. *Política e trabalho na escola. Administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado*. Críticas ao Liberalismo. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. *A universidade na região amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

CAMPOS, Lauro. *A Crise completa*. A Economia política do não. São Paulo: BOITEMPO, 2001.

CATANI, Afrânio *et alii*. Políticas Públicas da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília (Org.). *Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001, p. 71-101. (Série Estado do Conhecimento, 3).

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999(a).

_____ A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999(b).

_____ *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____ A Universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo; KARTZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995.

CUNHA, Luís Antônio. A educação nas constituições brasileiras: análise e propostas. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 22, set/dez. 1985.

_____. *A Universidade temporã: o ensino da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. *Qual universidade?*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989(a). (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, 31).

_____. (Org.). *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989 (b).

_____. Políticas para o ensino superior no Brasil: até onde irá a autonomia universitária? *Educação & Sociedade*. Campinas, n. 55, p. 314-337, 1996.

_____. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 101, p. 20-49. Fundação Carlos Chagas, 1997.

_____. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento?. In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, Luís Antônio, VELLOSO, Jacques. A universidade pública e a política do MEC para o ensino superior. In: VELLOSO, Jacques (Org.). *Universidade pública, política, desempenho, perspectivas*. Campinas: Papirus, 1991.

CURY, Carlos R. Jamil. A evolução da educação superior no Brasil: a participação do setor público e da iniciativa privada. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V. 13, ANPAE, jan./jun. 1997.

_____. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. *Política e trabalho na escola*. Administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. A educação na nova ordem constitucional. *Revista da ANDE*. São Paulo, ano 8, n. 14, 1989.

_____. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 81. Fundação Carlos Chagas, maio-1992.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Disponível em <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 20 de novembro de 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. A Universidade Brasileira e a crise do Capital. *Cadernos ADUFRJ*. Rio de Janeiro, n. 3. ADUFRJ, jun. 1999.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. A OMC e a educação superior para o mercado. In: BROVETTO, J.; MIX, M. R.; PANIZZI, W. M.. *A educação superior frente a Davos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In DOURADO, L. F., CATANI, A. M. (Org.). *Universidade pública, políticas e identidade institucional*. Campinas: Autores Associados/Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DUARTE, Adriana Maria Cancelli. *Estado, políticas sociais e recomposição da hegemonia*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (Org.). *A Universidade em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. *Da universidade modernizada à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

FONSECA, Dirce Mendes da. *O Pensamento privatista em educação*. Campinas: Papyrus, 1992.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (Org.). *Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. ANPEd. *Universitas/BR – A produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. Marília Morosini (Org.). 1 CD-ROM.

GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*. Campinas, n. 7, p. 51-84, dez. 1996.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, R. *Depois da queda*. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEHER, Roberto. Tempo, Autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais na educação. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada. Políticas de Exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, setiembre, 2000.

_____. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: TRINDADE, Helgio (Org.). *Universidades na Penumbra – neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. UNESCO, Banco Mundial e a educação dos países periféricos. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XXI, n. 25, p. 45-54, dez/2001.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

LOPES, Eliane Marta S. T. *Origens da Educação Pública*. A instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1991.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação Pública*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425. INEP, maio/ago. 1984.

MARTINS, Carlos Benedito. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80. *Cadernos CEDES*, v. 25. Campinas: Papirus, 1991.

_____. O Ensino Superior privado no Distrito Federal. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.102. Fundação Carlos Chagas, nov. 1997.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. Introdução de 1857. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

_____. *O Capital - Crítica da Economia Política*. 12ª ed. Livro 1. Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. (Feuerbach). 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

MENEGHEL, Stela Maria. A crise da universidade moderna no Brasil. Reunião Anual da ANPED, 26. *Anais*. Caxambú, set. 2002. 1 CD-ROM.

MOROSINI, Marília (Org.). *Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001. (Série Estado do Conhecimento, 3)

MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *A Educação Superior em Periódicos Nacionais*. Vitória: UFES/FCAA, 1998.

OLIVEIRA, Cláudio B. de. (Org) *Constituição da República Federativa do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 50, p.13-21, mar. 1998.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Orgs.) *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A Reestruturação da Educação Superior no Brasil e o processo de Emetamorfose das Universidades Federais: o caso da Universidade Federal de Goiás*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

RANIERE, Nina Beatriz. *Educação Superior, Direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases* (Lei n. 9394/96). São Paulo: EDUSP, 2000.

REVISTA ADUSP. São Paulo, n. 22, mar. 2001; n. 23, set. 2001; n. 24, dez. 2001; n. 27, out. 2002. Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – ADUSP.

ROCHA, Gilberto de Miranda. *A construção da usina hidrelétrica e a redivisão política-territorial na área de Tucuruí (Pa)*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de História e Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Demerval. Autonomia Universitária e mudanças no ensino superior. In: CATANI, Afrânio (Org.). *Novas perspectivas nas políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SEIFFERT, Otilia Maria Lúcia Barbosa. *Universidade e pesquisa: a política institucional e a representação social de docentes*. 1993. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo. O caso da UFScar*. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: EdUFScar, 1993.

_____ (Org.). *Educação Superior – velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma no Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____ (Org.) *Educação Superior – Análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Waldemar. *Políticas Públicas para a educação superior*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1997.

_____ Reformas educacionais, reconversão produtiva e a constituição de um novo sujeito. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *A Cidadania Negada. Políticas de Exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, setiembre, 2000.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2002.

SILVA, Maria das Graças Martins. *Extensão. A face social da Universidade?* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

SOARES, Laura Tavares R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. A Política de Extensão para as Universidades Brasileiras: Análise das propostas do governo a partir dos anos 80. *Educação*. Rev. do Centro de Educação da UFAL. Maceió, ano 5, n. 5/6, p. 21-43, dez. 96/jul. 97.

TRINDADE, Héglio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: *Universidades na Penumbra – neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

UNESCO. Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior. Caracas, 1995. *Revista Educação Brasileira*. Brasília, v. 17, n. 34, p. 153-221, 1º sem. 1995.

UNESCO. Tendências da educação superior para o século XXI. Conferência Mundial sobre Ensino Superior. *Anais*. Paris: UNESCO/CRUB, p. 5-9, out. 1998.

VASCONCELOS, Helena Correa de (Org.). *Múltiplos Olhares sobre a educação superior: a pesquisa como fio condutor*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2001.

VASCONCELOS, Helena Correa de. *et al.* Manutenção e financiamento da educação superior. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.. *Educação Superior: análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. CGU. *Relatório nº 140063*. Brasília: Controladoria Geral da União, 2004.

Fundação João Pinheiro/ PNUD/IPEA (2000). *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em <www.fjp.mg.gov.br/produto/cees/idh/Atlas_idh.php>. Acesso em 05 dez. 2004.

INEP. MEC. *Sinopse Estatística da Educação Superior: censo da educação superior 2003*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 nov. de 2004.

INEP. MEC. *Mapa do analfabetismo*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso: 20 maio 2004.

IBGE. *Censo Demográfico, 2000 - Educação*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2003.

IBGE. *Censo Demográfico, 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2003.

IBGE/SUDAM. *Projeto zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Legal*. Disponível em <www.sudam.gov.br/amazonialegal>. Acesso: 17 mar. 2002.

SUDAM. *Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: Condições Sócio-econômicas dos Municípios da Amazônia Legal*. 2000. Disponível em <www.sudam.gov.br/amazonialegal>. Acesso em: 17 mar. 2002.

BRASIL. *Enfrentar e vencer desafios*. Brasília, DF: 2000. Ministério da Educação.

INEP. MEC. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 1998.

BRASIL. MARE. *Plano Diretor do da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 45, de 8.12.2004. [Texto compilado, contendo: Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Principais Ações no STF, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Índice Temático]. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em várias datas.

LEIS

BRASIL. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. Mensagem de Veto nº 9. Publicado: *D.O.U. de 10.1.2001*.

BRASIL. *Lei nº 9.870*, de 23 de novembro de 2001. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. [Cf. Acrescenta artigos, relativos à educação, à Lei nº 9.131/95]

BRASIL. *Lei nº 9.637*, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Publicado: *D.O.U. de 18.5.1998*.

BRASIL. *Lei nº 9.192*, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

BRASIL. *Lei nº 9.131*, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. (Texto compilado) [Cf. Cria o Conselho

Nacional de Educação e institui o Exame Nacional de Cursos. Alterada pelas Leis nº 9.649/98, nº 9.870/99 e nº 10.861/2004].

BRASIL. *Lei nº 8.958*, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Regulamentado [Dec. nº 5.205/2004]. *D.O.U. de 21.12.1994*.

BRASIL. *Lei nº 8.666*, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Mensagem de veto. *DOU de 22.6.1993*. Republicado: *D.O.U. de 6.7.1994* (Texto compilado).

BRASIL. *Lei nº 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. [Cf. Lei da Reforma Universitária dos anos 60]. *D.O.U. de 29.11.68*. Retificação no *D.O.U. de 3.12.1968*.

BRASIL. *Lei nº 5.539*, de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. *D.O.U. de 29.11.1968*.

BRASIL. *Lei nº 4.881-A*, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. *D.O.U. de 10.12.1965*.

BRASIL. *Lei nº 4.831*, de 5 de novembro de 1965. Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.

BRASIL. *Lei nº 4.283*, 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas e dá outras providências. *D.O.U. de 22.11.1963*

BRASIL. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *D.O.U. de 27.12.61* Retificação: *D.O.U. de 28.12.61*

BRASIL. *Lei nº 3.191*, de 2 de julho de 1957. Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. *D.O.U. de 2.7.1957*

DECRETOS

BRASIL. *Decreto nº 5.225*, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Publicado: *D.O.U. de 4.10.2004*.

BRASIL. *Decreto nº 5.205*, de 14/09/2004. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Publicado: *D.O.U. Edição Número 178, de 15.9.2004*.

BRASIL. *Decreto nº 4.914*, de 11 de dezembro de 2003. Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências. Publicado: *DOU de 12.12.2003* (Edição Extra).

BRASIL. *Decreto nº 3.908*, de 4 de setembro de 2001. Dá nova redação ao § 3º do art. 10 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições. Publicado: *DOU de 5.9.2001*.

BRASIL. *Decreto nº 3.860*, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *D.O.U. 10.7.2001* [Alterado pelos Decretos nº 5.225/2004, nº 4.914/2003 e nº 3.908/2001].

BRASIL. *Decreto nº 2.306*, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. [Revogado pelo Decreto nº 3.860/2001].

BRASIL. *Decreto nº 2.207*, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. *D.O.U. de 16.4.1997*.

BRASIL. *Decreto nº 65.880*, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. *DOU de 19.12.1969*.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 900*, de 29 de setembro de 1969. Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. [Cf. Fundações]. *D.O.U. de 30.9.1969*.

BRASIL. *Decreto nº 42.427*, de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. Publ. *D.O.U. de 12.10.1957*. Retificação no *D.O.U. de 23.10.1957*. Retificação no *D.O.U. de 25.10.1957*.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.393*, de 17 de dezembro de 1945. Concede autonomia, administrativa, financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1945*.

BRASIL. *Decreto nº 19.852*, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1931*.

BRASIL. *Decreto nº 19.851*, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1931*.

BRASIL. *Decreto nº 14.343*, de 7 de julho de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1920*.

BRASIL. *Decreto nº 8.661*, de 5 de abril de 1911. Estabelece o regulamento das Faculdades de Medicina. [Cf. Parte da chamada Reforma Rivadávia]. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1911*.

BRASIL. *Decreto nº 8.659*, de 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1911*.

BRASIL. Decreto nº 5616, de 28 de dezembro de 1928. Regula a criação de universidades nos Estados. *Col. Leis do Brasil: 21.12.1928.*

MEDIDAS PROVISÓRIAS

BRASIL. *Medida Provisória nº 2.186-16*, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Publicada: *D.O.U. de 24.8.2001.*

INSTRUMENTOS NORMATIVOS MINISTERIAIS

BRASIL. MEC. *Portaria Ministerial nº 452*, de 30 de maio de 1978. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Pará. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

_____. *Portaria nº 1.307/70*, do Conselho Federal de Educação. Aprova o Regimento Geral da UFPA. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, CFE.

_____. *Parecer nº 1.854/77*, do Conselho Federal de Educação. Aprova novo Regimento Geral da Universidade Federal do Pará. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, CFE.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Deliberação nº 62*, de 22 de junho de 2004. Concede autorização especial para a empresa Extracta Moléculas Naturais S.A. realizar o acesso ao patrimônio genético com a finalidade de constituir e integrar coleção ex situ que visa a atividades com potencial de uso econômico. Publicação no *D.O.U. de 5.7.004* - Seção 1 - Pág. 83.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSUN. *Resolução de 11 de dezembro de 1978*, do Conselho Universitário. Aprova novo Regimento Geral da UFPA.

_____. PRODESP. DEPEP. *Anuários Estatísticos*. Belém, PA: UFPA, Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

_____. DAVES. *Guia do Processo Seletivo*. Belém, PA: UFPA, Pró-reitoria de Ensino de Graduação, Departamento de Apoio ao Vestibular, 2004.

_____. CONSAD. *Resolução nº 1.115*, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as atividades de prestação de serviços na Universidade Federal do Pará e dá outras providências. UFPA, Conselho Superior de Administração, 2000.

_____. CONSAD. *Resolução nº 1.132*, de 2 de julho de 2003. Revoga a Resolução nº 1.115, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre as atividades de prestação de serviços na Universidade Federal do Pará e dá outras providências. UFPA, Conselho Superior de Administração, 2003.

_____. CONSUN. Resolução nº 604, de 21 de novembro de 2002. Aprova o Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010. UFPA, Conselho Universitário, 2002.

_____. PROPLAN. *Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010*. UFPA, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, 2002.

_____. PROPLAN. *Relatório de Gestão –2003*. UFPA, Pro-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, março/2004)

_____. CONSEP. *Resolução nº 370*, de 17 de setembro de 1976. Aprova a criação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP). UFPA, Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, 1976.

_____. CONSEP. *Resolução nº 1.612*, de 1988. Aprova modificações no Estatuto da Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP). UFPA, Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, 1988.

OUTROS DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS

FADESP. *Relatório de Atividades – 2004*. Belém: Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa, 2004.

CGU. *Relatório de Auditoria nº 140063*. Belém: Controladoria-Geral da União no Pará, 2004.

BELÉM. *Contrato de Prestação de Serviços Especializados*, firmado em novembro de 1999 entre a empresa Extracta e a UFPA.

BELÉM. *Convênio* firmado, em janeiro de 2002, entre a Ericsson Telecomunicações e a UFPA, para a execução de pesquisa conjunta das áreas de engenharia elétrica, telecomunicações e computação.

BELÉM. *Contratos* da UFPA com a Eletronorte, no ano de 2002, para a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento.